

SÉRIE  
FUNDAMENTOS

GLÓVIS MOURA

# SOCIOLOGIA DO NEGRO BRASILEIRO

Neste livro o leitor encontrará abordagem singular na análise da situação social, econômica e cultural do negro no Brasil. Ao partir de uma crítica radical à sociologia acadêmica, o autor procura demonstrar como o modo de produção escravista transformou-se, para o país, num *escravismo tardio*, no qual se cruzavam interesses do capital internacional e relações de produção que estrangulavam o nosso processo de desenvolvimento independente.

São levantadas, nessa perspectiva, questões relativas à marginalização, pobreza, discriminação e rejeição social do negro na sociedade brasileira.

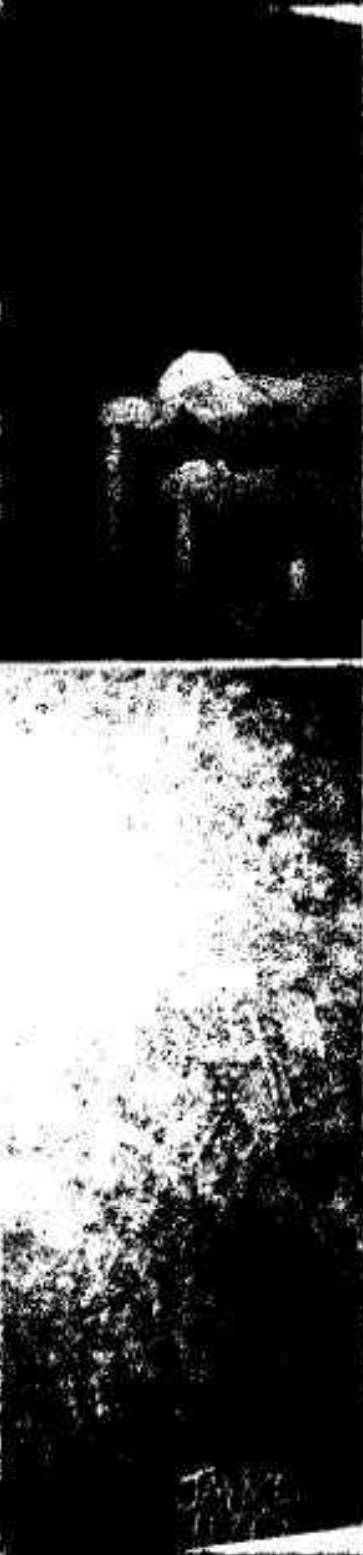
### *Áreas de interesse do volume*

• Antropologia • História • Política • Sociologia

### *Outras áreas da série*

• Administração • Artes • Ciências • Civilização  
• Comunicações • Direito • Economia • Educação  
• Enfermagem • Estética • Farmácia • Filosofia  
• Geografia • Linguística • Literatura • Medicina  
• Odontologia • Psicologia • Saúde

ea



SERIE  
FUNDAMENTOS  
34

PA 2000  
Salomão Jovino da Silva  
Assessor Técnico  
Museu Histórico e da Memória

**CLÓVIS MOURA**

**SOCIOLOGIA  
DO NEGRO  
BRASILEIRO**



**Direção**  
Benjamin Abdala Junior  
Samira Youssef Campedelli  
**Preparação de texto**  
Ivany Picasso Batista  
**Coordenação de composição**  
(Produção/Paginação em vídeo)  
Nelide Hiromi Toyota  
**Capa**  
Joyme Leão

ISBN 85 08 02933 7

1988

Todos os direitos reservados  
Editora Ática S.A. — Rua Barão de Iguape, 110  
Tel.: (PABX) 278-9322 — Caixa Postal 8856  
End. Telegráfico "Bomilvro" — São Paulo

## Sumário

---

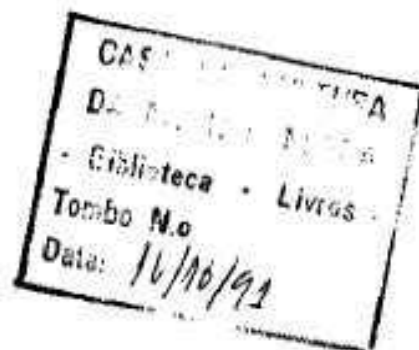
Introdução	7
<b>1ª Parte</b>	
Teorias à procura de uma prática	
<b>I. Os estudos sobre o negro como reflexo da estrutura da sociedade brasileira</b>	<b>17</b>
1. Pensamento social subordinado	17
2. O racismo e a ideologia do autoritarismo	20
3. Repete-se na literatura a imagem estereotipada do pensamento social	25
4. O dilema e as alternativas	29
Notas e referências bibliográficas	32
<b>II. Sincretismo, assimilação, acomodação, aculturação e luta de classes</b>	<b>34</b>
1. Antropologia e neocolonialismo	34
2. Do "primitivismo fetichista" à "pureza" do cristianismo	38
3. Assimilação para acabar com a cultura colonizada	42
4. Aculturação substitui a luta de classes	44
5. Da rebeldia do negro "bárbaro" à "democracia racial"	52
Notas e referências bibliográficas	57
<b>III. Miscigenação e democracia racial: mito e realidade</b>	<b>61</b>
1. Negação da identidade étnica	61
2. Etnologização da história e escamoteação da realidade social	64
3. Estratégia do imobilismo social	70
4. O Brasil teria de ser branco e capitalista	79
5. Entrega de mercadoria que não podia ser devolvida	86
6. Das Ordenações do Reino à atualidade: o negro discriminado	95
Notas e referências bibliográficas	101
<b>IV. O negro como grupo específico ou diferenciado em uma sociedade de capitalismo dependente</b>	<b>109</b>
1. O negro como cobaia sociológica	109
2. Grupos específicos e diferenciados	116

3. Grupos específicos versus sociedade global	124
4. Um símbolo libertário: Exu	128
5. Fatores de resistência	137
6. Um exemplo de degradação	142
Notas e referências bibliográficas	146

## 2ª Parte

### A dinâmica negra e o racismo branco

<b>I. Sociologia da República de Palmares</b>	<b>159</b>
1. Preferiram "a liberdade entre as feras que a sujeição entre os homens"	159
2. Uma economia de abundância	162
3. Como os palmarinos se comunicavam?	166
4. Evolução da economia palmarina	169
5. Organização familiar: poligamia e poliandria	174
6. Religião sem casta sacerdotal	177
7. Administração e estratificação na República	179
8. Palmares: uma nação em formação?	181
Notas e referências bibliográficas	184
<b>II. O negro visto contra o espelho de dois analistas</b>	<b>187</b>
1. Um fluxo permanente de estudos sobre o negro	187
2. Quando o detalhe quer superar o conjunto	192
3. Da visão apaixonada à rigidez cientificista	195
Notas e referências bibliográficas	202
<b>III. A imprensa negra em São Paulo</b>	<b>204</b>
1. Razões da existência de uma imprensa negra	204
2. Uma trajetória de heroísmo	206
3. Do negro bem-comportado à descoberta da "raça"	210
4. Do isolamento étnico à participação política	213
Notas e referências bibliográficas	217
<b>IV. Da insurgência negra ao escravismo tardio</b>	<b>218</b>
1. Modernização sem mudança	218
2. Rasgos fundamentais do escravismo brasileiro pleno (1550/1850)	220
3. Significado social da insurgência negro-escrava	222
4. Prosperidade, escravidão e rebeldia	226
5. O desgaste econômico	227
6. O desgaste político	230
7. A síndrome do medo	231
8. Rasgos fundamentais do escravismo tardio (1851/1888)	236
9. Encontro do escravismo tardio com o capital monopolista	239
10. Operários e escravos em lutas paralelas	245
Notas e referências bibliográficas	248



O negro construiu um país para outros;  
o negro construiu um país para os brancos.

JOAQUIM NABUCO

é uma invenção dos homens, enquanto que a sua própria é uma emanação de Deus." (MARX, Karl. *Miséria da filosofia*. São Paulo, Flama, 1946. p. 112.)

- <sup>13</sup> BOFF, Leonardo. Avaliação teológica-crítica do sincretismo. *Revista de Cultura Vozes*, Rio de Janeiro, Vozes, 7: 53 e seq., 1977.
- <sup>14</sup> Idem, *ibidem*.
- <sup>15</sup> Poderão dizer que estamos apresentando casos extremos, os quais não caracterizam ou representam a produção antropológica e sociológica brasileira atual, pois, em muitos casos, antropólogos se empenham em discussão de problemas concretos relevantes, como o da invasão de terras indígenas e outros correlatos. Concordamos, mas o painel de discussão que estamos propondo permite-nos aventar a hipótese de uma posição mais paternalista do que científica, isto é, esses cientistas sociais se posicionam mais em razão da sua condição de cidadãos do que como cientistas. Por outro lado, não queremos minimizar, em absoluto, o trabalho desses cientistas, os quais, trabalhando nas condições mais adversas, sofrendo muitas vezes perseguições em todos os níveis da sua atividade, querem resgatar o que restou das nossas culturas indígenas. Não queremos fazer a injustiça a esses homens de ciências que abandonam os gabinetes e vão atuar nas áreas pioneiras do trabalho antropológico e sociológico. Na área de estudos sobre o negro, porém, o que se vê é uma repetição de trabalhos de laboratório para justificar títulos universitários.
- <sup>16</sup> CABRAL, Amílcar. A arma da teoria. In: \_\_\_\_\_. *Obras escolhidas*. Lisboa, Seara Nova, 1978. 2 v. v. 1, p. 223.
- <sup>17</sup> LIENHARDT, Godfrey. *Antropologia social*. Rio de Janeiro, Zahar, 1965. p. 165. Para se ter uma visão da diferença entre o cultural e o social e a possibilidade de haver mudança cultural sem mudança social: Cf. STERN, Bernhard J. Concerning the distinction between the social and the cultural. In: \_\_\_\_\_. *Historical sociology*. New York, The Citadel Press, 1959. p. 3 et seq.
- <sup>18</sup> RAMOS, Artur. Culturas negras: problemas de aculturação no Brasil. In: \_\_\_\_\_. *O negro no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1940. p. 147. Ver do mesmo autor neste sentido: Aculturação negra no Brasil: uma escola brasileira. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, 85 (8): 129 et seq., 1942, e *Aculturação negra no Brasil*. São Paulo, Nacional, 1942. Mas é no seu livro *O negro brasileiro* onde se poderá ver a junção do método histórico-cultural e a psicanálise com mais facilidade.
- <sup>19</sup> O conceito de *transculturação* de Ortiz também não é satisfatório, mas, de qualquer maneira, já exprime uma visão crítica sobre *aculturação*.
- <sup>20</sup> O "Cultural Scientist" Gerard Kubik fala ao "Vê & Cê". *Vida e Cultura*, Luanda, (46), maio 1982.

### III

## Miscigenação e democracia racial: mito e realidade

### 1. Negação da identidade étnica

Grande parte da literatura especializada sobre relações interétnicas no Brasil conclui afirmando, por preferências ideológicas, que o Brasil é a maior *democracia racial* do mundo, fato

que se evidencia na grande diferenciação cromática dos seus habitantes. Afirma-se, sempre, que o português, por razões culturais ou mesmo biológicas, tem predisposição pelo relacionamento sexual com etnias *exóticas*, motivo pelo qual consegue democratizar as relações sociais que estabelece naquelas áreas nas quais atuou como colonizador. O Brasil seria o melhor exemplo deste comportamento.

Em outras palavras: estabeleceu-se uma ponte ideológica entre a miscigenação (que é um fato biológico) e a democratização (que é um fato sociopolítico) tentando-se, com isto, identificar como semelhantes dois processos inteiramente independentes. Todos nós sabemos que a miscigenação é um fenômeno universal não havendo mais raças ou etnias puras no mundo. A antropologia demonstra esse dinamismo miscigenatório milenar, quer na Europa, quer na África, Ásia ou América. Nada tem, pois, de especial ou específico o fato do português, em determinadas situações especiais, estabelecer contato e intercâmbio sexual com as raças das suas colônias, fato que, em absoluto, significaria democratização social nesse contato e intercâmbio.

Mas, com esses argumentos, consegue-se deixar de analisar como foi ordenada socialmente esta população poliética e quais os mecanismos específicos de resistência à mobilidade social vertical massiva que foram criados contra os contingentes populacionais discriminados por essa estrutura. Esquecem-se de que esses segmentos populacionais eram componentes de uma estrutura escravista, inicialmente, e de capitalismo dependente, em seguida. Com essas duas realidades estruturais durante o transcurso da nossa história social foram criados mecanismos ideológicos de barragem aos diversos segmentos discriminados. Mas na maioria dos estudos sobre o assunto esses mecanismos não são avaliados. Pelo contrário. É como se houvesse um fluir idílico, sem nenhum entrave à evolução individual senão aquele que a capacidade de cada um exprimisse. Elide-se, assim, a escala de valores que a estrutura de dominação e o seu aparelho ideológico impuseram para discriminar grande parte dessa população não-branca. Essa elite de poder que se auto-identifica como *branca* escolheu, como tipo ideal, representativo da superioridade étnica na nossa sociedade, o branco europeu e, em contrapartida, como tipo negativo, inferior, étnica e culturalmente, o negro. Em cima dessa dicotomia étnica estabeleceu-se, como já dissemos, uma escala de valores, sendo o indivíduo ou grupo mais reconhecido e aceito socialmente na medida em que se aproxima do tipo branco, e desvalorizado e socialmente repellido à medida que se aproxima do negro. Esse gradiente étnico que caracteriza a população brasileira, não cria, portanto, um relacionamento democrático e igualitário, já que está subordinado a uma escala de valores que vê no branco o modelo superior, no negro o inferior e as demais nuances de miscigenação mais consideradas, integradas, ou socialmente condenadas, repelidas, à medida que se aproximam ou se distanciam de um desses pólos considerados o positivo e o negativo, o superior e o inferior nessa escala cromática. Criou-se, assim, através de mecanismos sociais e simbólicos de dominação, uma tendência à fuga da realidade e à consciência étnica de grandes segmentos populacionais não-brancos. Eles fogem simbolicamente dessa realidade que os discrimina e criam mitos capazes de fazer com que se sintam resguardados do julgamento discriminatório das elites dominantes.

A identidade e a consciência étnicas são, assim, penosamente escamoteadas pela grande maioria dos brasileiros ao se auto-analisarem, procurando sempre elementos de identificação com os símbolos étnicos da camada branca dominante.

No recenseamento de 1980, por exemplo, os não-brancos brasileiros, ao serem inquiridos pelos pesquisadores do IBGE sobre a sua cor, responderam que ela era: acastanhada, agaiegada, alva, alva-escuro, alvarenta, alva-rosada, alvinha, amarelada, amarela-queimada, amarelada, amorenada, avermelhada, azul, azul-marinho, baiano, bem branca, bem clara, bem morena, branca, branca avermelhada, branca melada, branca morena, branca pálida, branca sardenta, branca suja, branquiça, branquinha, bronze, bronzeada, bugrezinha, escura, burro-quando-foge, cabocla, cabo verde, café, café-com-leite, canela, canelada, cardão, castanha, castanha clara, cobre corada, cor de café, cor de canela, cor de cula, cor de leite, cor de ouro, cor de rosa, cor firme, crioula, encerada, enxofrada, esbranquiçado, escurinha, fogueio, galega, galegada, jambo, laranja, lilás, loira, loira clara, loura, lourinha, malaia, marinheira, marrom, meio amarela, meio branca, meio morena, meio preta, melada, mestiça, miscigenação, mista, morena bem chegada, morena bronzeada, morena canelada, morena castanha, morena clara, morena cor de canela, morenada, morena escura, morena fechada, morenã, morena prata, morena roxa, morena ruiva, morena trigueira, moreninha, mulata, mulatinha, negra, negota, pálida, paraíba, parda, parda clara, polaca, pouco clara, pouco morena, preta, pretinha, puxa para branca, quase negra, queimada, queimada de praia, queimada de sol, regular, retinha, rosa, rosada, rosa queimada, roxa, ruiva, russo, sapecada, sarará, saraúba, tostada, trigo, trigueira, turva, verde, vermelha, além de outros que não declararam a cor. O total de cento e trinta e seis cores bem demonstra como o brasileiro foge da sua realidade étnica, da sua identidade, procurando, através de simbolismos de fuga, situar-se o mais próximo possível do modelo tido como superior.<sup>1</sup>

O que significa isto em um país que se diz uma democracia racial? Significa que, por mecanismos alienadores, a ideologia da elite dominadora introjetou em vastas camadas de não-brancos os seus valores fundamentais. Significa, também, que a nossa realidade étnica, ao contrário do que se diz, não iguala pela miscigenação, mas, pelo contrário, diferencia, hierarquiza e inferioriza socialmente de tal maneira que esses não-brancos procuram criar uma realidade simbólica onde se refugiam, tentando escapar da inferiorização que a sua cor expressa nesse tipo de sociedade. Nessa fuga simbólica, eles desejam compensar-se da discriminação social e racial de que são vítimas no processo de interação com as camadas brancas dominantes que projetaram uma sociedade democrática *para eles*, criando, por outro

lado, uma ideologia escamoteadora capaz de encobrir as condições reais sob as quais os contatos interétnicos se realizam no Brasil.

Como vemos, a identidade étnica do brasileiro é substituída por mitos reificadores, usados pelos próprios não-brancos e negros especialmente, que procuram esquecer e/ou substituir a concreta realidade por uma dolorosa e enganadora magia cromática na qual o dominado se refugia para aproximar-se simbolicamente, o mais possível, dos símbolos criados pelo dominador.

## 2. Etnologização da história e escamoteação da realidade social

A etnologização dos problemas sociais a partir da afirmação de que há uma democracia racial no Brasil

demonstra como há uma confusão nos cientistas sociais adeptos desse critério metodológico. Ao abandonarem como universo de análise a estrutura rigidamente hierarquizada na qual essas etnias foram ordenadas, de acordo com um sistema de valores discriminatório, através de mecanismos controladores, historicamente montados para conservar o sistema, objetivando manter os segmentos e grupos dominados nas últimas escalas de sua estrutura, mostram como se confunde o plano miscigenatório, biológico, portanto com o social e econômico.

De um lado, ao se dizer que há uma democracia racial no Brasil, e, de outro, ao se verificar a alocação dessas etnias não-brancas no espaço social, chega-se à conclusão de que a sua inferiorização é decorrência das próprias deficiências ou divergências desses grupos e/ou segmentos étnicos com o *processo civilizatório*. Porque, se os direitos e deveres são idênticos, as oportunidades deverão ser também idênticas. Como tal não acontece, como veremos mais tarde, a culpa pelo atraso social desses grupos é deles próprios. Joga-se, assim, sobre os segmentos não-brancos oprimidos e discriminados, e do negro em particular, a culpa da sua inferioridade social, econômica e cultural.

Para compreendermos melhor esse processo/problema devemos analisar algumas particularidades significativas da formação das classes sociais no Brasil. Alguns sociólogos supõem, esquematicamente que, acabada a escravidão, os negros e pardos ex-escravos de idêntica condição, num processo automático e linear de integração social,

iriam formar o proletariado das cidades que se desenvolveriam ou o camponês livre e assalariado agrícola. Seriam, assim, absorvidos e incorporados, por automatismo, às novas classes que apareciam após a Abolição. Iriam compor a classe operária e camponesa nos seus diversos níveis e setores e, nesta incorporação, ficariam em pé de igualdade com os demais trabalhadores, muitos deles, especialmente nas regiões Sudeste e Sul, vindos de outros países, como imigrantes.

Mas os fatos não aconteceram exatamente assim. Em pesquisas parciais que realizamos, em jornais anarquistas<sup>2</sup> e em trabalho sistemático feito pelo professor Sidney Sérgio Fernandes Sólis, tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo, a imprensa anarquista que então circulava não refletia nenhuma simpatia ou desejo de união com os negros, mas, pelo contrário, chegava mesmo a estampar artigos nos quais era visível o preconceito racial. Como vemos, se, de um lado, os negros egressos das senzalas não eram incorporados a esse proletariado nascente, por automatismo, mas iriam compor a sua franja marginal, de outro, do ponto de vista ideológico, surgia, já como componente do comportamento da própria classe operária, os elementos ideológicos de barragem social apoiados no preconceito de cor. E esse racismo larvar passou a exercer um papel selecionador dentro do próprio proletariado. O negro e outras camadas não-brancas não foram, assim, incorporados a esse proletariado incipiente, mas foram compor a grande franja de marginalizados exigida pelo modelo do capitalismo dependente que substituiu o escravismo.

Em 1893, por exemplo, escreve Florestan Fernandes:

Os imigrantes entravam com 79% do pessoal ocupado nas atividades artesanais; com 81% do pessoal ocupado nas atividades comerciais. Suas participações nos estratos mais altos da estrutura ocupacional ainda era pequena (pois só 31% dos proprietários e 19,4% dos capitalistas eram estrangeiros). Contudo achavam-se incluídos nessa esfera, ao contrário do que sucedia com o negro e o mulato.<sup>3</sup>

Neste processo complexo e ao mesmo tempo contraditório da passagem da escravidão para o trabalho livre, o negro é logrado socialmente e apresentado, sistematicamente, como sendo incapaz de trabalhar como assalariado. No entanto, durante o escravismo, o negro atuava satisfatória e eficientemente no setor manufatureiro e artesanal. Thomas Ewbank escrevia em 1845/6 que:

Tenho visto escravos a trabalhar como carpinteiros, pedreiros, calceiros, impressores, pintores de tabuletas e ornamentação, construtores de móveis e de carruagens, fabricantes de ornamentos militares,

de lampões, artífices em prata, joalheiros e litógrafos. É também fato corrente que imagens de santos, em pedra e madeira, sejam admiravelmente feitas por negros escravos ou livres (...). O vigário fez referência outro dia a um escravo baiano que é um santeiro de primeira ordem. Todas as espécies de ofícios são exercidas por homens e rapazes escravos.<sup>4</sup>

Segundo Heitor Ferreira Lima, os negros escravos trabalhavam em diversas atividades artesanais. No Rio de Janeiro, da mesma forma que Ewbank, os naturalistas Spix e Martius escreviam que "entre os naturais, são mulatos os que manifestam maior capacidade e diligência para as artes mecânicas. Trabalhavam, também, nos estaleiros, na construção de barcos, na pesca da baleia, na industrialização do seu óleo e em diversas outras atividades". Em várias outras regiões desenvolviam-se atividades artesanais e manufatureiras aproveitando-se do trabalho dos negros escravos. No Maranhão, por exemplo, ainda segundo Spix e Martius, dos 4 000 profissionais artífices existentes em toda a província, quando esses dois cientistas por ali passaram (1818/1820) mais de 3 000 eram escravos. Vejamos os números:

Profissão	Livres	Escravos
Alfalates	61	96
Caldelheiros	4	1
Carpinteiros	178	326
Entalhadores	96	42
Carpinteiros Navais	80	38
Serralheiros	5	—
Ferreiros (em São Luiz)	37	23
Tanoeiros (em São Luiz)	2	1
Marceneiros	30	27
Ourives	49	11
Pedreiros e Britadores	404	608
Pintores e Cerladores	10	5
Coreeiros	4	1
Escravos auxiliares nas indústrias	—	1 800
Total	964	2 985
<b>TOTAL GERAL: 3 949</b>		

Fonte: Heitor Ferreira Lima, *História político-econômica e industrial do Brasil*.

Na área de São Paulo o mesmo fenômeno se verificava. Os escravos ocupavam praticamente todos os espaços do mercado de trabalho, dinamizando a produção em níveis os mais diversificados. Exerciam ofícios que depois seriam ocupados pelo trabalho imigrante. Segundo o recenseamento de 1872 o quadro era o seguinte:

Condição social	Escravo	Trabalhador livre	Total
Costureiras	67	583	650
Mineiros e cant. (sic)	1	41	42
Trab. em metais	19	218	237
Trab. em madeiras	33	260	293
Trab. em edificações	25	130	155
Trab. em tecidos	124	856	990
Trab. em vestuário	2	102	104
Trab. em couro e papel	30	189	219
Trab. em calçados	5	58	63
Trab. em agricultura	826	3 747	4 563
Criados e jornais	507	2 535	3 042
Serviços domésticos	1 304	3 506	4 810
Sem profissão	677	8 244	8 921

Fonte: Emília Viotti da Costa, *Da senzala à colônia*.

Os negros não eram somente os trabalhadores do cito, que se prestavam apenas para as fainas agrícolas duras e nas quais o simples trabalho braçal primário era necessário. Na diversificação da divisão do trabalho eles entravam nas mais diversas atividades, especialmente no setor artesanal. Em alguns ramos eram mesmo os mais capazes como, por exemplo, na metalurgia cujas técnicas trazidas da África foram aqui aplicadas e desenvolvidas. Na região mineira, por exemplo, foram os únicos que aplicaram e desenvolveram a metalurgia. Tiveram também a habilidade de aprenderem com grande facilidade os ofícios que aqueles primeiros portugueses que aqui aportaram trouxeram da Metrópole. Eles tinham mesmo interesse de ensiná-los aos escravos a fim de se livrarem de um tipo de trabalho não-condizente com a sua condição de brancos, deixando ao negro as atividades artesanais. Mesmo porque o trabalho desses escravos, executados para os seus donos, ou quando alugados para terceiros, proporcionava um lucro certo e fácil para o senhor. Isto dava-lhes oportunidade de capitalizarem alguma poupança e se dedicarem ao comércio. A personagem Bertoleza do romance *O cortiço*, de Aluísio Azevedo, retrata



muito bem esse tipo de escravo urbano que trabalhava *de jornal*. Era escrava de um cego que dela recebia a contribuição com a qual sobrevivia. Mas os negros também "tiveram ampla e brilhante participação nas atividades de todos os ofícios mecânicos exercidos entre nós, quer como escravo, quer como libertos, ora como oficial ou simples ajudante, e até mesmo como mestres. Enãnavam-lhes um ou mais ofícios e exploravam-nos rudemente, vivendo à custa de seu trabalho".<sup>5</sup>

Escreve, neste sentido, J. F. de Almeida Prado:

Os primeiros operários aparecidos nas capitanias especializados em misteres que requeriam alguma aprendizagem e tirocínio, chegavam feitos do Reino ou das ilhas, muitas vezes sem intenção de se demorem, tendo deixado na terra natal a esposa e os filhos. Mais tarde, outros se formavam sob as vistas dos reinóis, transmitindo o ofício daí por diante aos pretos e mestiços. Com o tempo, chegaram os elementos de cor a constituir a quase totalidade dos obreiros da autarquia colonial, por refugarem os brancos profissões manuais procurando tornar-se proprietários de terras.<sup>6</sup>

Tanto na época colonial como na última fase da escravidão o escravo negro se articulava em diversos níveis da estrutura ocupacional, desempenhando satisfatoriamente os mais diferenciados misteres. Na agroindústria do açúcar o mesmo fato se verifica. Para Luiz Vianna Filho:

Mal chegados os negros logo assimilavam o que se lhes ensinava, transformando-se em ferreiros, carapinas, marceneiros, caldeireiros, oleiros, alambiqueiros, e até mesmo mestres de açúcar, sabendo o cozimento do mel, o "ponto" do caldo, a purga do açúcar.<sup>7</sup>

Durante todo o tempo em que o escravismo existiu o escravo negro foi aquele trabalhador que estava presente em todos os ofícios por mais diversificados que eles fossem. Sua força de trabalho era distribuída em todos os setores de atividade. No Rio de Janeiro especialmente sabemos que ele, como escravo urbano, desempenhava as mais variadas profissões a fim de proporcionar o ócio da classe senhorial. Como prova, basta que olhemos as pranchas do livro de Debret.<sup>8</sup>

Queremos dizer com isto que na dinâmica da sociedade escravista atuou, durante toda a sua existência, como mecanismo equilibrador e impulsionador, o trabalho do escravo negro. Esse mecanismo de equilíbrio e dinamismo, já que as classes senhoriais fugiam a qualquer tipo de trabalho, será atingido quando se desarticula o sistema escravista e a sociedade brasileira é reestruturada tendo o trabalho

livre como forma fundamental de atividade. O equilíbrio se parte contra o ex-escravo que é desarticulado e marginalizado do sistema de produção.

Toda essa força de trabalho escrava, relativamente diversificada, integrada e estruturada em um sistema de produção, desarticulou-se, portanto, com a decomposição do modo de produção escravista: ou se marginaliza, ou se deteriora de forma parcial ou absoluta com a morte de grande parte dos ex-escravos. Esses ourives, alfaiates, pedreiros, marceneiros, tanoeiros, metalúrgicos etc., ao tentarem se reordenar na sociedade capitalista emergente, são por um processo de peneiramento constante e estrategicamente bem manipulado, considerados como mão-de-obra não-aproveitável e marginalizados. Surge, concomitantemente, o mito da incapacidade do negro para o trabalho e, com isto, ao tempo em que se proclama a existência de uma democracia racial, apregoa-se, por outro lado, a impossibilidade de se aproveitar esse enorme contingente de ex-escravos. O preconceito de cor é assim dinamizado no contexto capitalista, os elementos não-brancos passam a ser estereotipados como indolentes, cachaceiros, não-persistentes no trabalho e, em contrapartida, por extensão, apresenta-se o trabalhador branco como o modelo do perseverante, honesto, de hábitos morigerados e tendências à poupança e à estabilidade no emprego. Elege-se o modelo branco como sendo o do trabalhador ideal e apela-se para uma política migratória sistemática e subvencionada, alegando-se a necessidade de se dinamizar a nossa economia através da importação de um trabalhador superior do ponto de vista racial e cultural e capaz de suprir, com a sua mão-de-obra, as necessidades da sociedade brasileira em expansão. Veremos isto depois.

Há uma visível desarticulação nessa nova ordenação que atinge as populações não-brancas em geral e o negro em particular, no momento em que a nação brasileira emerge para o desenvolvimento do modelo de capitalismo dependente. Essa desarticulação não se realiza, porém, apenas no plano estrutural, mas desarticula, também, a consciência étnica do próprio segmento não-branco.

O *branqueamento* como ideologia das elites de poder vai se refletir no comportamento de grande parte do segmento dominado que começa a fugir das suas matrizes étnicas, para mascarar-se com os valores criados para discriminá-lo. Com isto o negro (o mulato, portanto, também) não se articulou em nível de uma consciência de identidade étnica capaz de criar uma contra-ideologia neutralizadora da

manipulada pelo dominador. Pelo contrário. Há um processo de acomodação a estes valores, fato que irá determinar o esvaziamento desses negros no nível da sua consciência étnica, colocando-os, assim, como simples objetos do processo histórico, social e cultural.

A herança da escravidão que muitos sociólogos dizem estar no negro, ao contrário, está nas classes dominantes que criam valores discriminatórios através dos quais conseguem barrar, nos níveis econômico, social, cultural e existencial a emergência de uma consciência crítica negra capaz de elaborar uma proposta de nova ordenação social e de estabelecer uma verdadeira democracia racial no Brasil.

O sistema classificatório que o colonizador português impôs, criou a categoria de *mulato* que entra como dobradiça amortecedora dessa consciência. O mulato é diferente do negro por ser mais claro e passa a se considerar superior, assimilando a ideologia étnica do dominador, e servir de anteparo contra essa tomada de consciência geral do segmento explorado/discriminado. Em outro local já escrevemos que:

essa política aparentemente democrática do colonizador verá os seus primeiros frutos mais visíveis na base do aparecimento de uma imprensa *mulata* no Rio de Janeiro. Ela surgirá entre 1833 e 1867, aproximadamente, com caráter nacionalista, de um lado, porém deixa de incorporar à sua mensagem ideológica a libertação dos escravos negros. Esses jornais lutavam também contra a discriminação racial, mas na medida em que os mulatos eram atingidos na dinâmica da disputa de cargos políticos e burocráticos.<sup>9</sup>

Essa perda ou fragmentação da identidade étnica determinará, por sua vez, a impossibilidade de emergir uma consciência mais abrangente e radical do segmento negro e não-branco em geral.

### 3. Estratégia do Imobilismo social

Esta estratégia discriminatória contra o elemento negro não surgiu porém com a chegada dos imigrantes europeus na base do trabalho livre.

Na própria estrutura escravista já havia um processo discriminatório que favorecia o homem livre em detrimento do escravo. De todas as profissões de artesãos e artífices, eles foram sendo paulatinamente excluídos ou impedidos de exercê-las. Manuela Carneiro da Cunha escreve com propriedade:

Todas essas profissões eram igualmente desempenhadas por libertos e por livres, e certamente houve em certas épocas concorrência acir-

rada das várias categorias por elas. Um decreto de 25 de junho de 1831, por exemplo, proíbe "a admissão de escravos como trabalhadores ou como oficiais das artes necessárias nas estações públicas da província da Bahia, enquanto houverem Ingênuos que nelas queirão empregar-se". (Nabuco Araújo, v. 7, 328-9, e *Collecção das Leis do Império*, 1830: 24). Deve-se ter em conta que os escravos representavam não os seus próprios interesses, mas os de seus senhores, que procuravam ocupar totalmente o mercado de trabalho. (...) Em 1813 e 1821, os sapateiros do Rio protestaram através da sua Irmandade contra o uso de trabalho escravo na manufatura e venda de sapatos (M. Karasch, 1975: 368). Brancos brasileiros, crioulos e africanos libertos, além de escravos de ganho, competiam no mercado do trabalho entre si e com os estrangeiros, europeus que vinham para a Corte (...) Houve também algumas tentativas mais ou menos bem-sucedidas de monopolizar certos setores, por parte dos escravos libertos urbanos. Sabemos de alguns exemplos. Um desses monopólios era o dos carregadores de café no Rio de Janeiro do século XIX: os negros mineiros, escravos de ganho ou libertos, tinham aparentemente se apropriado do ramo. Era um serviço pesadíssimo, que implicava deformidades e uma esperança de vida reduzida.<sup>10</sup>

Como vemos, à medida que a sociedade escrava se diversificava e se urbanizava, ficava mais complexa internamente a divisão do trabalho e isto produzia conflitos ou atritos nos seus diversos setores de mão-de-obra. A estrutura ocupacional dessa época, à medida que passava por um processo de diferenciação econômica, criava mecanismos reguladores capazes de manter os diversos segmentos que disputavam esse mercado de trabalho nos seus respectivos espaços.

A isto se contrapunham mecanismos criados pelos próprios escravos no sentido de equilibrar a divisão do trabalho; os *cantos*, em Salvador, foram um exemplo.

Segundo Manuel Querino:

Os africanos, depois de libertos, não possuindo ofício e não querendo entregar-se aos trabalhos da lavoura, que haviam deixado, faziam-se ganhadores. Em diversas partes da cidade reuniam-se à espera que fossem chamados para a condução de volumes pesados ou leves, como fossem: *cadeirinha de arruar*, pipas de vinho ou aguardente, planos etc. Esses pontos tinham o nome de *canto* e por isso era comum ouvir a cada momento: chame ali um ganhador no canto. Ficavam eles sentados em tripeças a conversar até serem chamados para o desempenho de qualquer misteres. (...) Cada canto de africanos era dirigido por um chefe a que apelidavam *capitão* restringindo-se as funções deste a contratar e dirigir os serviços e a receber os salários. Quando falecia o *capitão* tratavam de eleger ou aclamar o sucessor que assumia logo a investidura do cargo.

Nos cantos do bairro comercial, esse ato revestia-se de certa solenidade à moda africana:

Os membros do *canto* tomavam de empréstimo uma pipa vazia em um dos trapiches da Rua do Julião ou do Pilar, enchiam-na de água do mar, amarravam-na de cordas e por estas enfiavam grossa e comprido cabro. Oito ou dez etíopes, comumente os de musculatura mais possante, suspendiam a pipa e sobre ela montava o novo *capitão* do canto, tendo em uma das mãos um ramo de arbusto e na outra uma garrafa de aguardente.<sup>12</sup>

Já no período escravista, portanto, havia uma tendência a se ver no negro escravo um elemento que devia ser resringido no mercado de trabalho. Os motivos alegados, as razões apresentadas, apesar de aparentemente serem compreensíveis, o que conseguiram era — como se queria — transformar o trabalho escravo, e, em muitas circunstâncias o negro liberto, em mão-de-obra eternamente não-qualificada e que, por uma série de razões, não podia ser aproveitado.

Se estes mecanismos foram estabelecidos empiricamente durante o escravismo, após a Abolição eles se racionalizaram e as elites intelectuais procuraram dar, inclusive, uma explicação "científica" para eles, como veremos adiante.

Em determinada fase da nossa história econômica houve uma coincidência entre a divisão social do trabalho e a divisão racial do trabalho. Mas através de mecanismos repressivos ou simplesmente reguladores dessas relações ficou estabelecido que, em certos ramos, os brancos predominassem, e, em outros, os negros e os seus descendentes diretos predominassem. Tudo aquilo que representava trabalho qualificado, intelectual, *nobre*, era exercido pela minoria branca, ao passo que todo subtrabalho, o trabalho não-qualificado, braçal, *sujo* e mal remunerado era praticado pelos escravos, inicialmente, e pelos negros livres após a Abolição.

Esta divisão do trabalho, reflexa de uma estrutura social rigidamente estratificada ainda persiste em nossos dias de forma significativa. Assim como a sociedade brasileira não se democratizou nas suas relações sociais fundamentais, também não se democratizou nas suas relações raciais. Por esta razão, aquela herança negativa que vem da forma como a sociedade escravista teve início e se desenvolveu, ainda tem presença no bojo da estrutura altamente competitiva do capitalismo dependente que se formou em seguida. Por esta razão, a mobilidade social para o negro descendente do antigo escravo é muito pequena no espaço social. Ele foi praticamente imobilizado por mecanismos seletivos que a estratégia das classes dominantes estabeleceu. Para que isto funcionasse eficazmente foi criado um amplo painel ideológico para explicar e/ou justificar essa imobilização estrategicamente montada. Passado quase um século da Abolição a situa-

ção não mudou significativamente na estrutura ocupacional para a população negra e não-branca.

De acordo com o Censo de 1980, de 119 milhões de brasileiros, 54,77% se declararam brancos; 38,45% pardos; 5,89% pretos e 0,63% amarelos. Podemos afirmar, portanto, que são descendentes de negros ou índios 44,34% da população. Por outro lado, ao invés do *branqueamento* preconizado pela elite branca essa proporção vem aumentando nas últimas décadas, pois ela era de 36% em 1940, 38% em 1950 e 45% em 1980, usando o IBGE a mesma metodologia na pesquisa.

Mas a população negra e não-branca de um modo geral não se distribui proporcionalmente na estrutura empregatícia e outros indicadores da sua situação econômico-social no conjunto da sociedade. Pelo contrário. De acordo com o recenseamento de 1980 era esta a situação dos principais grupos étnicos quanto à sua ocupação principal:

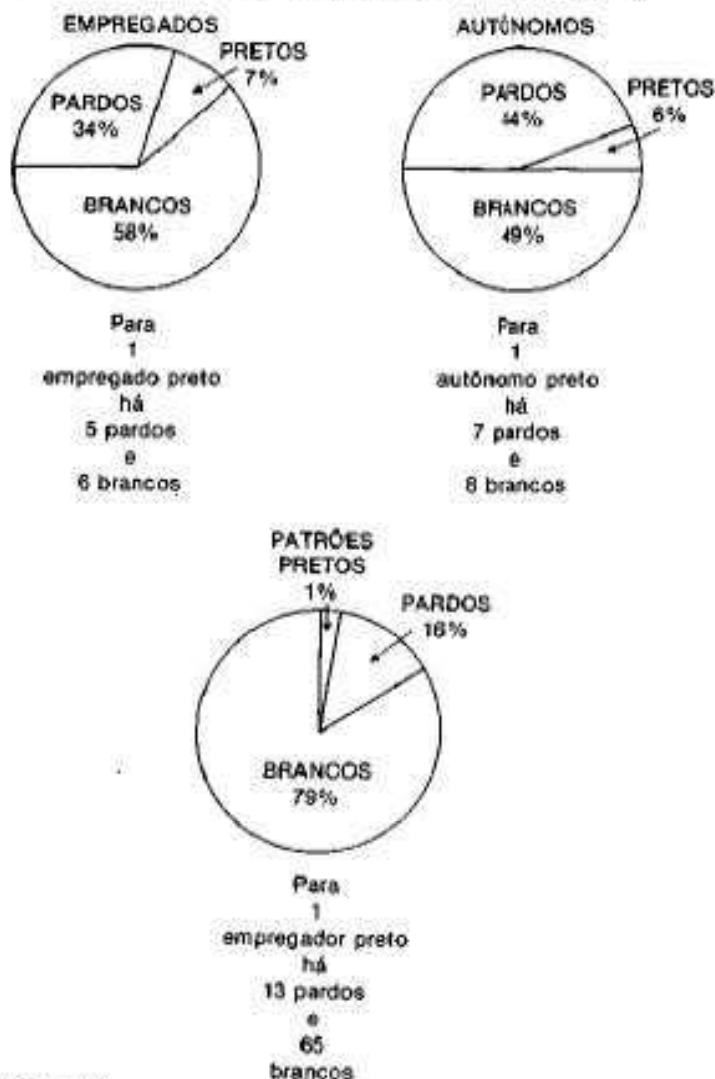
População na ocupação principal segundo a cor

Cor e posição na principal ocupação	Total	% sobre total
Total	43 798 763	100,0%
Empregado	28 606 051	65,3%
Autônomo	10 666 556	24,3%
Empregador	1 158 590	2,6%
Não-remunerado	2 270 679	5,1%
<b>BRANCA</b>	24 507 289	100,0%
Empregado	16 633 059	67,8%
Autônomo	5 206 605	21,2%
Empregador	920 416	3,7%
Não-remunerado	1 201 458	4,9%
<b>PRETA</b>	2 874 208	100,0%
Empregado	2 067 326	71,9%
Autônomo	631 516	21,9%
Empregador	14 104	0,4%
Não-remunerado	87 368	3,0%
<b>AMARELA</b>	324 280	100,0%
Empregado	160 291	52,2%
Autônomo	81 487	25,1%
Empregador	36 077	11,1%
Não-remunerado	34 072	10,5%
<b>PARDA</b>	15 993 177	100,0%
Empregado	9 688 790	60,5%
Autônomo	4 724 737	29,5%
Empregador	186 143	1,1%
Não-remunerado	941 809	5,8%

Fonte: IBGE — Censo de 1980.

Esta situação poderá ser facilmente verificada através da análise dos gráficos abaixo:

Posição na ocupação principal, segundo a cor, em % (1980)



Fonte: IBGE, 1980.

Não precisamos argumentar mais analiticamente para constatar que os negros e não-brancos em geral (excluindo-se os amarelos) são aqueles que possuem empregos e posições menos significativas social e economicamente. Por outro lado, repete-se, em 1980, o mesmo fato que Florestan Fernandes registra ao analisar uma estatística de 1893: O negro é o segmento mais inferiorizado da população. Em 1893 ele não comparece como *capitalista*. Em 1980 ele comparece apenas com 0,4% na qualidade de empregador. Isto demonstra como os mecanismos de imobilismo social funcionaram eficientemente no Brasil, através de uma estratégia centenária, para impedir que o negro ascendesse significativamente na estrutura ocupacional e em outros indicadores de mobilidade social. Como vemos, os imigrantes de 1893 estavam numa posição melhor do que os negros brasileiros, atualmente, segundo os dados do Censo de 1980. Isto se reflete de várias maneiras e funciona ativamente na sociedade competitiva atual.

Criaram-se, em cima disto, duas pontes ideológicas: a primeira é de que com a miscigenação nós democratizamos a sociedade brasileira, criando aqui a maior democracia racial do mundo; a segunda de que se os negros e demais segmentos não-brancos estão na atual posição econômica, social e cultural a culpa é exclusivamente deles que não souberam aproveitar o grande leque de oportunidades que essa sociedade lhes deu. Com isto, identifica-se o crime e a marginalização com a população negra, transformando-se as populações não-brancas em criminosos em potencial. Têm de andar com carteira profissional assinada, comportar-se bem nos lugares públicos, não reclamar dos seus direitos quando violados e, principalmente, encarar a polícia como um órgão de poder todo-poderoso que pode mandar um negro "passar correndo" ou jogá-lo em um camburão e eliminá-lo em uma estrada. *Negro se mata primeiro para depois saber se é criminoso* é um slogan dos órgãos de segurança.

Como podemos ver, a partir do momento em que o ex-escravo entrou no mercado de trabalho competitivo foi altamente discriminado por uma série de mecanismos de peneiramento que determinava o seu imobilismo. Além disso privilegiou-se o trabalhador branco estrangeiro, especialmente após a Abolição, o qual passou a ocupar os grandes espaços dinâmicos dessa sociedade. Surge, como um dos elementos dessa barragem, a ideologia do preconceito de cor que inferioriza o negro em todos os níveis da sua personalidade. Esse preconceito que atua como elemento restritivo das possibilidades do negro na sociedade brasileira poderá ser constatado: a) no comportamento

rotineiro de grandes faixas brancas da população em todo o território nacional; b) nas relações inter e intrafamiliares; c) no critério seletivo para a escolha de empregos e ocupações; d) nos contatos formais entre elementos de etnias diversas; e) na filosofia de indivíduo, grupos, segmentos e instituições públicas ou privadas; f) na competição global entre camadas que compõem as classes sociais etnicamente diversificadas da sociedade brasileira.

Este conjunto de mecanismos ideológicos, inconscientes para a maioria, mas elaborados por uma elite racista, refletir-se-á no processo concreto da seleção econômica dos negros. A instrumentação dessa ideologia deve ser vista como um elemento componente da marginalização de grandes continentes populacionais negros.

Pesquisa realizada e concluída em 1979 — portanto apenas um ano antes da divulgação do censo de 1980 —, pelo Departamento de Estudos e Indicadores Sociais (Deiso), chega à conclusão que não deixa dúvidas quanto a este mecanismo selecionador negativo contra o negro no mercado de trabalho. Ainda acompanhando-se, por agora, apenas o indicador de rendimento familiar, conclui a pesquisa:

Com relação aos indicadores levantados, os diferenciais são maiores entre os brancos e negros nas famílias de rendimento familiar de mais de três salários mínimos e nas famílias urbanas. A distribuição das famílias por grupos de rendimento mensal familiar nos indica que 60% das famílias têm rendimentos de até três salários mínimos, sendo que a presença das famílias pretas e pardas neste grupo é de 80,5% e 74,2%, respectivamente, e a das brancas de 50,4%.

O rendimento médio familiar *per capita*, em 1976, das famílias brancas era de Cr\$ 1 087,40 e das famílias negras (pretas e pardas) respectivamente Cr\$ 383,10 e Cr\$ 548,90, correspondendo o rendimento das famílias pretas e pardas a 35% e 50%, respectivamente, do rendimento familiar *per capita* das famílias brancas.<sup>11</sup>

No setor da divisão do trabalho a mesma pesquisa registra os seguintes resultados quanto à posição do negro:

Branco e negro têm uma inserção desigual na estrutura ocupacional. Os negros encontram-se mais concentrados (aproximadamente 90%) que os brancos (cerca de 75%) nas ocupações manuais, as de menor nível de rendimento e instrução. Assim, enquanto 8,5% dos brancos têm ocupações de nível superior apenas 1,1% dos pretos e 2,7% dos pardos neles são absorvidos e, considerando as ocupações de nível médio, os percentuais encontrados são de 14,6% para os brancos, 3,6% dos pretos e 7,2% dos pardos.<sup>12</sup>

Como vemos, na estrutura ocupacional, como em outras, a situação do negro é sempre negativa, sempre de inferiorização em comparação com o segmento branco da nossa população. Outra pesquisa

como a do IBGE, numa Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, chega a conclusão idêntica como podemos ver no quadro abaixo:

RENDIMENTO	ETNIAS	PRETA	%	PARDA	%	NÃO-BRANCOS	%	BRANCOS	%	AMARELOS	%
Até 1 sal. mínimo		1 990 245	53	7 710 350	48	9 660 595	49	7 712 951	28	33 023	9
+ de 1 a 2 sal. mínimos		941 344	25	3 781 577	23	4 723 021	24	6 931 477	25	56 366	15
+ de 2 a 5 sal. mínimos		486 911	12	2 206 600	14	2 673 511	13	6 339 195	23	116 733	32
+ de 5 sal. mínimos		77 433	2	593 015	4	670 448	3	3 595 765	13	125 818	33
Sem rendimento		249 646	8	1 879 307	11	2 173 953	11	2 824 398	11	41 863	11
Sem declaração		9 894	—	50 723	—	70 917	—	108 637	—	1 603	—
Total		3 770 473	100	16 231 672	100	20 002 145	100	27 512 423	100	376 406	100

Fonte: IBGE — PNAD 1982.

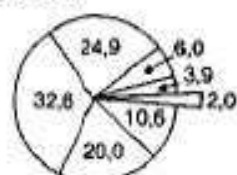
Como vemos, a estratégia racista das classes dominantes atuais, que substituíram os senhores de escravos, conseguiu estabelecer um permanente processo de imobilismo social que bloqueou e congelou a população negra e não-branca permanentemente em nível nacional.

No que diz respeito à distribuição da renda o gráfico abaixo espelha essa realidade:

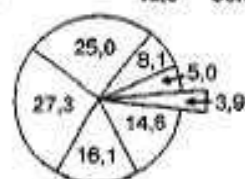
Distribuição da população economicamente ativa por grupos de rendimento mensal segundo a cor



BRANCA	(%)
Mais de 5	14,3
Mais de 3 a 5	10,6
Mais de 2 a 3	11,1
Mais de 1 a 2	25,8
Mais de 1/2 a 1	18,4
Até 1/2	7,5
Sem Rendimento	12,3



PRETA	(%)
Mais de 5	2,0
Mais de 3 a 5	3,9
Mais de 2 a 3	6,0
Mais de 1 a 2	24,9
Mais de 1/2 a 1	32,6
Até 1/2	20,0
Sem Rendimento	10,6



PARDA	(%)
Mais de 5	3,9
Mais de 3 a 5	5,0
Mais de 2 a 3	8,1
Mais de 1 a 2	25,0
Mais de 1/2 a 1	27,3
Até 1/2	16,1
Sem Rendimento	14,6

Fonte: OLIVEIRA, Francisca Laide de et alii. Aspectos da situação sócio-econômica de brancos e negros no Brasil. DEISO, 1979.

#### 4. O Brasil teria de ser branco e capitalista

O auge da campanha pelo branqueamento do Brasil surge exatamente no momento em que o trabalho escravo (negro) é descartado e substituído pelo assalariado. Aí coloca-se o dilema do passado com o futuro, do atraso com o progresso e do negro com o branco como trabalhadores. O primeiro representaria a animalidade, o atraso, o passado, enquanto o branco (europeu) era o símbolo do trabalho ordenado, pacífico e progressista. Desta forma, para se modernizar e desenvolver o Brasil só havia um caminho: colocar no lugar do negro o trabalhador imigrante, descartar o país dessa carga passiva, exótica, fetichista e perigosa por uma população cristã, europeia e morigerada.

Todo o racismo embutido na campanha abolicionista vem, então, à tona. Já não era mais acabar-se com a escravidão, mas enfatizar-se que os negros eram incapazes ou incapacitados para a nova etapa de desenvolvimento do país. Todos achavam que eles deviam ser substituídos pelo trabalhador branco, suas crenças deviam ser combatidas, pois não foram cristianizados suficientemente, enquanto o italiano, o alemão, o espanhol, o português, ou outras nacionalidades européias, viriam trazer não apenas o seu trabalho, mas a cultura ocidental, ligada histórica e socialmente às nossas tradições latinas. Alguns políticos tentam inclusive introduzir imigrantes que fugiam aos padrões europeus, como os chineses e mesmo africanos. A grita foi geral. Precisávamos melhorar o sangue, a *raça*. O historiador José Octávio escreve neste sentido que:

Se a providência pela qual, segundo o paralbano Maurílio Almada tanto se bateria o paralbano Diogo Velho quando de sua passagem pelo Ministério da Agricultura do Império, já refletia a tendência de buscar-se alternativa para a mão-de-obra negro-escrava dentro dos ideais de caldeamento com "grupos superiores" perseguidos pela elite dirigente do Brasil, a resposta de Menezes e Souza, preparada como relatório formal do Ministério da Agricultura, em 1875, é preconceituosa e típica de que não se trata de importar grupos estrangeiros quaisquer que fossem, mas grupos estrangeiros brancos e do Norte europeu, o que situa a política imigratória adotada pelo Brasil em fins do Império e princípios da República como de fundo racista no sentido arianizante que a palavra passou a admitir. Nesses termos, Menezes e Souza não usava de melas palavras ao denegrir os chineses, cuja raça "é abastardada e faz degenerar a nossa", tanto mais porque "o Brasil precisava de sangue novo e não de suco envelhecido e envenenado de constituições exaustas e degeneradas".<sup>14</sup>

O problema não era apenas importar-se mão-de-obra, mas sim membros de uma raça mais nobre, ou melhor, caucásica, branca, europeia e por todas essas qualidades *superior*. A ideologia do branqueamento permeia então o pensamento de quase toda a produção intelectual do Brasil e subordina ideologicamente as classes dominantes. Importar o negro, isto ficava fora de qualquer cogitação.

Em 1920 (ano inclusive em que entra a imigração sistemática de japoneses, em face da dificuldade de se importar mão-de-obra europeia em consequência da Primeira Guerra Mundial) foi realizada uma pesquisa para saber-se se o imigrante negro seria benéfico ao Brasil ou não. A pesquisa foi feita pela Sociedade Nacional de Agricultura e as conclusões foram de que ele seria indesejável. Nas respostas negativas funcionava a mesma ideologia de bargem das elites pré-Abolição. Vejamos os resultados:

**Estereótipos negativos sobre o negro como imigrante**

Razões econômicas:

Mau trabalhador ..... 25

Razões intelectuais e morais:

Inteligência inferior, degenerado, amoral, indolente, bêbado e criminoso..... 19

Razões raciais:

Inferioridade congênita, ódio ao branco oculto no coração do negro 44

Exatância do preconceito de cor ..... 9

Outras razões ..... 9

Fonte: Sociedade Nacional de Agricultura — Imigração. Rio de Janeiro, 1920.

Como vemos, os resultados desta pesquisa já demonstram a cristalização de um processamento de rejeição absoluta ao negro por parte dos grupos que necessitavam de nova mão-de-obra. Essa cristalização bem esclarece como a ideologia do branqueamento penetrou profundamente na sociedade brasileira. Ela já tinha precedentes e teve continuadores. Este *continuum* discriminatório, que se iniciou com as Ordenações do Reino e prosseguiu nos representantes das classes dominantes até hoje, como veremos adiante. O que desejamos centrar aqui é o movimento chamado *imigrantista* de pensadores e políticos

que antecederam a Abolição e que depois estabeleceram os mecanismos seletivos ideológicos, econômicos e institucionais, para a entrada do imigrante trabalhador.

Como acentua muito bem Thomas E. Skidmore:

Desde que a miscogenação funcionasse no sentido de promover o objetivo almejado, o *gene* branco "devia ser" mais forte. Ademais, durante o período alto do pensamento racial — 1880 a 1920 — a ideologia do "branqueamento" ganhou foros de legitimidade científica, de vez que as teorias racistas passaram a ser interpretadas pelos brasileiros como confirmação das suas idéias de que a raça superior — a branca —, acabaria por prevalecer no processo de amalgamação.<sup>14</sup>

E é justamente neste período de pique do pensamento racista apontado por Skidmore (1880 a 1920) que há a expansão violenta da economia cafeeira. Isto é, o dinamismo da agricultura procurava suprir-se da mão-de-obra de que necessitava nos grandes espaços pioneiros que se abriam e para isto o branco superior era escolhido e o "mascarvo nacional" (Afrânio Peixoto) descartado como inferior. Esta passagem do escravismo para o capitalismo dependente em tão curto período na região do Rio de Janeiro e São Paulo, especialmente nesse último Estado, explica em grande parte os níveis de marginalização em que se encontra a população negra e não-branca em geral atualmente.

Antes da Abolição os imigrantistas apresentavam projetos para que os europeus fossem trazidos como mão-de-obra capaz de sincronizar-se com o surto de progresso da região.

Desta dupla realidade (a expansão econômica da área cafeeira e a formação racista das elites brasileiras) podemos ver que o que aconteceu não foi simplesmente uma ocupação de espaços de trabalho vazios por um imigrante que os vinha ocupar, mas sim a troca de um tipo de trabalhador por outro que era marginalizado antes de haver um plano de sua integração na nova fase de expansão. A ideologia racista atuou como mecanismo que, se não determinou, influenciou de forma quase absoluta nesse processo. Remanipulam-se dois estereótipos de bargem contra a integração do negro no mercado de trabalho. Um refere-se ao seu passado: como escravo era dócil. Outro ao seu presente: a sua ociosidade. Por outro lado, o imigrante não criaria mais problemas nesse processo de transição, pois já estava disciplinado. No seu devido tempo mostraremos que os fatos não corroboram esses estereótipos. O que aconteceu foi uma visão apriorística de que a grande massa não apenas egressa da senzala em 1888, mas

aqueles que já compunham um contingente de mão-de-obra não-aproveitada que antecede à Abolição, deveriam ser marginalizados para se colocar, no seu lugar, um trabalhador de acordo com a nova dinâmica da economia.

Ao que se saiba nenhum político, partido ou órgão do governo apresentou planos concretos e significativos e investiu neles no sentido de fixar e aproveitar essa mão-de-obra. Pelo contrário, todos os investimentos foram para o trabalhador estrangeiro. Com isto se afirmava antecipadamente que a mão-de-obra flutuante não prestava. Criou-se a visão de que o trabalhador europeu se integrou porque era superior e o nacional, negro, não-branco de um modo geral, era incapaz para se integrar. Deste estereótipo não escapa inclusive um economista do porte de Celso Furtado. Escreve ele:

Seria de esperar, portanto, que ao proclamar-se esta, (a Abolição) ocorresse uma grande migração de mão-de-obra em direção das novas regiões e rápida expansão, as quais podiam pagar salários substancialmente mais altos. Sem embargo, é exatamente por essa época que tem início a formação da grande corrente migratória européia para São Paulo. As vantagens que apresentava o trabalhador europeu com respeito ao ex-escravo são demasiado óbvias para insistir sobre elas.<sup>16</sup>

Em seguida, Celso Furtado apresenta as razões da superioridade do europeu sobre a massa trabalhadora nacional:

Quase não possuindo hábitos de vida familiar, a idéia de acumulação de riqueza lhe é praticamente estranha. Demais, seu *rudimentar desenvolvimento mental* limita extremamente suas "necessidades". Sendo o trabalho para o escravo uma maldição e o ócio o bem inalcançável, a elevação do seu salário acima de suas necessidades — que estão definidas pelo nível de subsistência pelo escravo — determina de imediato uma forte preferência pelo ócio. (...) Podendo satisfazer seus gastos de subsistência com dois ou três dias de trabalho por semana, ao antigo escravo parecia mais atrativo "comprar" o ócio que seguir trabalhando quando já tinha o suficiente "para viver". Dessa forma, uma das conseqüências diretas da Abolição, nas regiões em mais rápido desenvolvimento, foi reduzir-se o grau de utilização da força de trabalho. (...) Cabe tão-somente lembrar que o *reduzido desenvolvimento mental da população submetida à escravidão provocará a segregação parcial desta após a Abolição, retardando sua assimilação e entorpecendo o desenvolvimento econômico do país.*<sup>17</sup>

Pelo pensamento de Celso Furtado, a culpa da segregação (marginalização) dos ex-escravos (e aqui está embutida a imagem dos negros e não-brancos) e componentes da massa de mão-de-obra nacional que foi transformada em excedente, foi decorrência do seu atraso mental, fato que conduziu ao entorpecimento da economia do país.

Para ele não havia saída a não ser aquela que se apresentou porque correspondia à necessidade de colocar-se um trabalhador mentalmente superior em face da ociosidade do negro, do mestiço, finalmente de todos aqueles que se encontravam sem ser integrados economicamente nessa fase de transição. Como prova disto é o fato de termos sempre, nesse processo de expansão, a participação do imigrante europeu. Seus hábitos afeitos à instituição familiar regular e outros de comportamento *civilizados* entravam como fatores que explicavam, de maneira aparentemente objetiva, a vantagem do trabalhador estrangeiro substituir o negro, ex-escravo e o não-branco em particular.<sup>18</sup> Quando se quer fazer uma relação entre a necessidade da mão-de-obra e a imigração apresenta-se, como justificativa ou explicação, o número relativamente pequeno de escravos que foram libertados pela lei de 13 de maio (mais ou menos setecentos mil) e a grande expansão da economia cafeeira que necessitava de um número muito maior de trabalhadores nessa expansão econômica. Isto é artificial, argumento que não se deve considerar. Com isto apagar-se-ia artificialmente do mapa demográfico nacional e do seu potencial de trabalho a grande parcela disponível de mão-de-obra que antecedia à Abolição. Em 1882 tínhamos nas províncias de São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Ceará e Rio de Janeiro para 1 443 170 trabalhadores livres e 656 540 escravos uma massa de desocupados de 2 822 583. Essa era a realidade no processo de decomposição do sistema escravista: tínhamos, portanto, uma população trabalhadora sem ocupação maior do que o total de imigrantes que chegaram ao Brasil de 1851 a 1900. Mas tudo isto era posto de lado, sob a alegação do "ócio" nacional.<sup>19</sup>

Vejamos como esses imigrantes chegaram e a sua conexão com a substituição do trabalhador nacional:

#### ENTRADA DE IMIGRANTES EUROPEUS NO BRASIL (1851 - 1900)

Períodos	Entrada de europeus
1851-1860 (proibição do tráfico)	121 747
1861-1870 (Lei do Ventre Livre)	97 571
1871-1880 (movimento abolicionista)	219 128
1881-1890 (Abolição total)	525 086
1891-1900 (apogeu da imigração européia)	1 129 315
1851-1900	2 092 847

Fonte: MORAIS, Octávio Alexandre de. *Immigration in to Brazil: a statistical statement and related aspects*. In: BATES, M. *The migration of people to Latin America*. The Catholic University of America Press, 1957.



Podemos reparar pelos dados acima, que há uma relação entre o processo de decomposição do sistema escravista eo ritmo de entrada de imigrantes europeus. Isto é: à medida que se tomam medidas para tirar o escravo do processo de trabalho estimula-se o mecanismo importador de imigrantes brancos. Inicialmente, com a proibição do tráfico, depois com a Lei do Ventre Livre. Com o movimento abolicionista o processo se amplia. À medida que segmentos escravos, por várias razões, eram afastados do sistema de produção, entrava, em contrapartida, uma população branca livre para substituí-los. Não é por acaso que logo depois da proclamação da República cria-se a Lei da Vadiagem para agir como elemento de repressão e controle social contra essa grande franja marginalizada de negros e não-brancos em geral.

No Rio de Janeiro essa seleção étnica feita pela classe empregadora em detrimento do trabalhador não-branco também se verifica. Em 1890, na indústria manufatureira, para 69,8% de brancos ocupados, o percentual negro era de 8,9% e mestiço 19,7%. Os chamados caboclos contribuíam apenas com 1,6% da mão-de-obra. Como vemos, esse *continuum* seletivo se mantém constante, desestruturando social e economicamente a população não-branca em geral que é colocada como massa marginalizada do modelo de capitalismo dependente.

Analisando esta época, o historiador José Jorge Siqueira afirma que:

Entre 1872 e 1900 a tendência foi de alta acelerada do crescimento populacional. Contribuíram para isto a inversão do fenômeno migratório cidade-campo, devido à fuga em massa do escravo negro aproveitando-se da crise que seria a derradeira do sistema escravista; o alto índice de crescimento natural da população (segundo o Censo de 1890, a variável que mais incrementa a estatística demográfica); e, por último a intensificação da migração européia (principalmente de portugueses, no caso do Rio). Em 1906, o Rio de Janeiro era a única cidade brasileira com mais de 500 mil habitantes, vindo a seguir São Paulo e Salvador com pouco mais de 200 mil.<sup>20</sup>

No entanto, segundo o mesmo autor, nesse período:

para 822 empresários de manufatura dos diversos ramos industriais, temos 18 090 trabalhadores assalariados de alguma especialização técnica. Como a manufatura urbana no Rio de Janeiro contou também com o uso de trabalhadores escravos, lado a lado com os livres e assalariados, temos que aqueles representavam, neste ano, 13% do total da força de trabalho ocupada em atividades industriais. Havia, na cidade, 45 804

escravos empregados em atividades diversas, malgrado o vultoso número de alforrias e o grau de desmantelamento do sistema.<sup>21</sup>

Por trás da ideologia de rejeição do trabalhador nacional, como veremos oportunamente, estavam os grandes investimentos feitos para trazer-se o imigrante europeu. Não se podia considerar inferior um artigo no qual se havia investido um capital considerável. Menezes Cortes, por isto, apresenta como um dos elementos das *forças de atração* para a vinda do imigrante europeu certas vantagens que lhes eram oferecidas:

É sabida a influência do conhecimento das possibilidades de emprego certo; sejam elas informadas por parentes, por amigos, ou mesmo através de agências de propaganda, não só nos países interessados na imigração, como também das empresas comerciais e transportes ferroviários e, principalmente, marítimo, as quais auferem lucros *per capita* dos transportados.<sup>22</sup>

Como vemos, já havia um processo de investimento capitalista nos mecanismos dinâmicos da política migratória. Onde isto não aconteceu o ex-escravo se integrou, embora em uma economia de miséria, mas de qualquer forma não foi marginalizado como no Sudeste, especialmente em São Paulo. Manoel Correia de Andrade afirma, por isto, ao descrever a situação do ex-escravo na região Nordeste:

Mas o que ocorreu em consequência da mesma (Abolição) na região canavieira do Nordeste? Ai já não existiam terras devolutas, de forma expressiva, para nelas se alojarem os ex-escravos e estes, libertos, não tiveram outra alternativa senão a de venderem a sua força de trabalho aos engenhos existentes. Os abolicionistas mais consequentes admitiam que a Abolição devia ser acompanhada de medidas que levassem à distribuição de terras devolutas com os libertos, a fim de que se transformassem em pequenos proprietários. Os conservadores, que assumiram o comando da campanha abolicionista na ocasião que compreenderam que a Abolição era um ato a se consumir, trataram de conceder a liberdade sem conceder terras, de vez que, conservando o monopólio da propriedade da terra teriam a mão-de-obra assalariada barata, face à inexistência, para o escravo, de uma opção que não fosse venda de sua força de trabalho aos antigos senhores. Assim, na região açucareira nordestina, com a Abolição, os escravos fizeram grandes festas comemorativas e, em seguida, abandonaram, sem recursos, as terras dos seus senhores, saindo à procura de trabalho nas terras dos senhores de outros escravos. Houve, em consequência, uma redistribuição dos antigos cativos pelos vários engenhos e usinas, fazendo com que eles trocassem de senhores e passassem a viver com o magro salário que passaram a receber. O sistema utilizado, desde o começo do século, para os trabalhadores livres, foi aplicado aos escravos liber-

tos, sendo os mesmos gradativamente absorvidos na massa da população pobre.<sup>23</sup>

Correia de Andrade coloca muito bem o problema e mostra como na região na qual não houve interesse do capitalismo mercantil no sentido de administrar a passagem do escravismo para o trabalho livre, o ex-escravo não demonstrou possuir aquele ócio sugerido por Celso Furtado. A falta de investimento, de capital, que objetivasse a substituição da mão-de-obra possibilitou a integração do ex-escravo. Mas, como já havíamos escrito em outro local, o fato de não haver o negro das zonas de agricultura decadente se marginalizado na mesma proporção do paulista, não significa que ele tenha conseguido, ao integrar-se socialmente, padrões econômicos e culturais mais elevados do que os alcançados por aqueles que foram marginalizados em São Paulo. Eles conseguiram integrar-se em uma economia de miséria, com índices de crescimento e diferenciação baixíssimos, quase inexistentes.

Por estas razões os próprios indicadores para a formulação do conceito de marginalidade devem ser regionalizados, levando-se em conta essas diferenças, sem o que cairemos, inevitavelmente, em uma visão desfocada e impressionista do problema com as subseqüentes interpretações formalistas e imprecisas.

Onde não houve possibilidade de se investir para substituí-los por outro tipo de trabalhador o negro foi integrado na economia, mas, por outro lado, naquelas áreas prósperas que tinham condições de investir na substituição da mão-de-obra, ele foi marginalizado. Aliás uma coisa decorria da outra: as áreas decadentes não tinham possibilidade de procurar outro tipo de trabalhador pela sua própria decadência. As áreas que decolavam puderam dar-se ao luxo de jogar nas franjas marginais toda uma população de trabalhadores, para substituí-los por outra que viria branquear o Brasil e satisfazer aos interesses daqueles que investiram no projeto migratório.

### 5. Entrega de mercadorias que não podia ser devolvida

Convencionou-se, dentro desta visão apriorística, que o trabalhador importado era superior ao nacional. Interesses convergentes, ideológicos (o branqueamento) e econômicos (os interesses dos investidores na empresa mi-

grantista) determinaram que, ao invés de se fazerem planos experi-

mentais para o aproveitamento dessa massa de mão-de-obra sobran-te, estabeleceu-se como definitiva a sua inferioridade. Desta forma, ficou a visão de que a substituição foi feita sem choques de adaptação do colono com as condições de trabalho, clima, alimentação e comportamento político. A qualidade do imigrante não era tão uniformemente superior como se propala. Eles foram impostos muitas vezes sob restrição inclusive dos fazendeiros. No que tange à população italiana, especialmente do Sul, as suas condições sociais e culturais não eram aquelas de superioridade comumente apresentadas. Percorrendo uma região italiana nos começos do século XX o arqueólogo francês Gaston Boisier assim descreve a população camponesa italiana:

Aqui (em Óstia), os imigrantes são todos lavradores que vêm semear suas terras e fazer a colheita. À tardinha, amontoam-se em cabanas feitas de velhas tábuas, com tetos de colmo. Visitel uma delas, estreita e comprida, que parecia um corredor. Não tinha janelas e só recebia luz das portas colocadas nas duas extremidades. O arranjo era dos mais simples. No meio, as marmitas onde se fazia sopa; dos dois lados em compartimentos sombrios, homens, mulheres e crianças deitavam-se misturados, em montes de palha que nunca se renovaram. Mal entramos na cabana e um cheiro fétido se apodera de nós e nos provoca náuseas; o visitante, que não está acostumado a essa obscuridade nada pode perceber; só ouve o gemido dos maláricos que a febre prende ao leito de palha e que lhe estendem a mão pedindo esmola. Nunca imaginei que um ser humano pudesse viver em tais aflojas.<sup>24</sup>

Completando o quadro escreve José Arthur Rios:

Nessa emigração, a instituição mais importante era a família. Na família a criança recebia as tradições do grupo e seus severos padrões de comportamento. As meninas aprendiam a temer o homem, a zelar pela honra e a ajudar no trabalho agrícola. O filho mais velho aprendia a profissão paterna e o árduo ofício de chefe de família. O homem era o senhor incontestado. A autoridade se transmitia do avô ao pai e deste ao filho mais velho, sempre na linha masculina. As mulheres cabia o trabalho e a submissão. O concubinato era freqüente no Sul, talvez, segundo sugere Foerster, resíduo da ocupação sarracena. O analfabetismo e a falta de instrução aí predominavam, embora fizessem sentir seus efeitos no Norte. Juntos concorriam a dar à tradição seu papel de árbitro supremo. Só a superstição lhes fazia concorrência, agravada por uma religiosidade primitiva.<sup>25</sup>

Sobre os métodos de cultivo da terra afirma o mesmo autor:

Os métodos de cultivo remontavam, em sua maioria, ao Império Romano. O arado era primitivo, combinado, às vezes, com a zappa, espécie

de enxada. O adubo praticamente desconhecido, que forçava os camponeses a deixar porções de terra em pousio se não quisessem vê-las rapidamente esgotadas. As sementes eram mal recolhidas. Os cascos de bois faziam a debulha das espigas e o vento separava o joio do trigo.<sup>28</sup>

Como vemos essa superioridade técnica tão apregoada não é confirmada pelos fatos. Daí a frustração inicial de inúmeros fazendeiros na experiência que fizeram com esses imigrantes. Daí o ceticismo de Fernando Torres, presidente da província de São Paulo, o qual afirmava no seu relatório de 1859:

... o certo é que o desânimo e arrefecimento que em geral têm se manifestado os nossos fazendeiros pela colonização, prova que os colonos ultimamente vindos da Europa têm sido mais pesados que lucrativos aos mesmos fazendeiros, pois que só assim pode-se explicar a preferência que têm dado a despendar somas enormes com a aquisição de escravos, comprados por preços que lhes absorvem anos de renda.<sup>29</sup>

Para ele, ao contrário do que afirmou Celso Furtado, esses imigrantes eram "homens que, por já ociosos" e por não encontrarem ocupação nos seus países de origem aceitam "por isso a emigrar na primeira oportunidade que isso ofereça".<sup>28</sup>

Segundo Paula Beiguelman,

no mesmo Relatório que comunica a presidência da Província pelo Ministério dos negócios do Império de que iam chegar 800 colonos vindos por conta da Associação Colonizadora, e oferecendo-se o governo imperial a distribuí-los aos fazendeiros interessados, pagando a passagem da Corte a Santos, e dada publicidade a esse oferecimento fora quase nula a receptividade encontrada.<sup>29</sup>

Não houve aquele automatismo de aceitação decorrente da superioridade óbvia do imigrante.<sup>30</sup> O que pretendia essa substituição do trabalhador nacional pelo alienígena era satisfazer uma teia de interesses que se conjugavam dentro de uma visão capitalista dessa transação, com capitais em jogo e interesses ideológicos e políticos que se completam. O governo imperial investe no imigrante porque ele não era mais um simples trabalhador, mas uma peça importante nos mecanismos que dinamizavam — via interesses de uma burguesia mercantil ativa e ávida de lucros — essa substituição. Pelo decreto imperial de 8 de agosto de 1871 (ano da Lei do Ventre Livre) foi autorizada a fundação da Associação Auxiliadora de Colonização e Imigração. Seu presidente era significativamente Francisco da Silva Prado e o seu capital podia ser aumentado em qualquer tempo. Os gover-

nos geral e provincial, por seu turno, poderiam injetar auxílios pecuniários à associação, os quais serviriam para pagar as passagens dos imigrantes.<sup>31</sup>

Nessa conjuntura, como afirma Paula Beiguelman: "Estimulados por esses auxílios governamentais, vários fazendeiros se interessaram pelo emprego do trabalho do imigrante".<sup>32</sup>

As elites dominantes, através de vários mecanismos protetores do imigrante e de medidas restritivas à compra interna de escravos, através do tráfico interprovincial, conseguiu, finalmente, que o imigrante fosse um trabalhador de aluguel mais barato do que a compra onerosa (por onerada) do escravo e neste universo de transação capitalista o fazendeiro do café aceita o imigrante.

E aquele trabalhador europeu que inicialmente era considerado ocioso por representantes da lavoura passa a ser considerado o modelo de poupança, perseverança, organização e disciplina no trabalho. O problema era, como se vê, impor o imigrante que correspondia aos interesses de uma camada que surgia nas entranhas do escravismo e tinha os seus objetivos voltados para os lucros da transação que se fazia com o imigrante. O Barão de Pati afirmava, mostrando a necessidade dessa alternância, que a abundância do escravo era um dos obstáculos ao desenvolvimento do trabalho livre. Daí a necessidade de se barrar a vinda da mão-de-obra escrava das zonas decadentes e se estimular e dinamizar a incorporação do imigrante ao trabalho nas fazendas de café. Na lavoura de café, o escravo assume o posto de trabalhador eficiente até ser substituído pelo imigrante. Os representantes das províncias nordestinas decadentes sentem que elas estão ficando despovoadas. Até aí o interesse do proprietário das fazendas de café procurava o trabalhador escravo de outras regiões como ideal ou pelo menos o mais adaptado ao trabalho. Depois de 1870, os cafeicultores começam a aceitar a substituição. Em 80 o trabalho livre já se manifesta como a substituição ideal do trabalho escravo. Com uma ressalva: que esse trabalhador livre devia ser branco e o negro deveria transformar-se em marginal.

É exatamente esta gama de interesses do capitalismo mercantil que se desenvolve ainda nas entranhas do escravismo tardio através do processo migratório que determinou a dinâmica desse segundo tráfico não suficientemente estudado até hoje. Razões econômicas determinaram o sucesso da substituição de um tipo de trabalhador inferior por outro superior. Assim como a substituição do escravismo indígena foi justificada pela *altivez* do índio e a *docilidade* do negro, a

substituição do trabalho do escravo negro pelo do imigrante branco foi também justificada pela incapacidade do ex-escravo (isto é, o negro e o não-branco nacional) realizar o trabalho no nível do europeu superior.

Os interesses em jogo na substituição do indio pelo negro nunca foram profundamente estudados. Diz a este respeito, com muita razão, Tancredo Aíves:

Grande razão que tem sido geralmente esquecida, foi a pressão dos grupos interessados no tráfico de africanos no sentido de imporem-se no Brasil (como às demais colônias tropicais) os escravos negros, fonte de gordurosos lucros. O tráfico de africanos, ensina-nos Marx, desenvolveu-se na fase histórica da acumulação primitiva que precedeu ao surto do capitalismo industrial (séc. XVII a XVIII) como uma empresa tipicamente comercial, um fator a mais daquela acumulação. Tratava-se de uma empresa de certo modo autônoma que, se estava condicionada pelo seu mercado, em grande parte também o condicionava. O mercado era a agricultura de gêneros tropicais, que se desenvolveu a partir do século XVI como parte integrante do sistema colonial da fase do capitalismo manufatureiro, vale dizer como um outro fator da acumulação primitiva. Toda uma série de motivos ligados ao nível de desenvolvimento das forças produtivas, às condições geográficas, a certas condições ideológicas etc. (motivos que não será possível analisar aqui) ocasionaram essa ligação histórica entre a agricultura de gêneros tropicais e o tráfico de africanos, o fato é que onde vicejou a primeira verificou-se a penetração comercial do segundo; o caso fácil de comprovar-se no caso brasileiro: com exceção do surto mineiro (há aí razões particulares), o fluxo de escravos negros correspondeu no Brasil — geográfica e historicamente — a vicissitudes da agricultura dos gêneros tropicais (o açúcar, o algodão, o café). Foram, portanto, esses interesses mercantis externos, ligados à agricultura colonial e ao tráfico de africanos, uma outra grande razão da predominância da escravidão negra no Brasil.<sup>23</sup>

Este mesmo processo de substituição de um trabalhador por outro verificou-se na passagem do escravismo tardio brasileiro em relação ao negro. As grandes firmas imigrantistas, grupos interessados nesse processo e especuladores em geral não viam evidentemente o imigrante como superior, mas o viam como um investimento que daria lucros a quem administrasse os mecanismos imigrantistas.<sup>24</sup>

Inicialmente a empresa Vergueiro & Cia. cobrava comissão dos fazendeiros para realizar a transação da vinda de imigrantes europeus. Essa comissão onerosa era repassada ao imigrante que tinha de pagar a acrescida dos juros que o fazendeiro cobrava. Isto levava a que o imigrante dificilmente conseguisse resgatar as suas dívidas. Em 1867

um emissário do governo prussiano, H. Haupt, constatava que somente em circunstâncias excepcionais uma família de imigrantes poderia ressarcir as suas dívidas em tempo relativamente curto. Onze anos depois desta constatação há uma tentativa de se reabilitar o trabalhador nacional. No particular escreve Verena Stolcke:

No Congresso Agrícola de 1876, convocado pelo governo para avaliar o estado geral da agricultura, um grupo de fazendeiros se opôs à imigração em grande escala, como solução para o problema da mão-de-obra, devido aos custos que ela acarretaria para eles ou para o país. Ao invés disso, reivindicavam leis para combater a alegada aversão da população nacional ao trabalho. Buscavam meios de disciplinar os agregados e de obrigar os indígenas ao trabalho, bem como disposições que reforçassem a lei de 1837 na regulamentação dos contratos de locação e serviços. Ao final, essa posição seria derrotada pelos fazendeiros que consideravam altamente problemático depender de ex-escravos após a Abolição ou da população nacional disponível, e que viam na imigração em massa subvencionada a única solução.<sup>25</sup>

O Estado assume financiar a imigração e em 1884 a Assembléia de São Paulo aprova medida através da qual eram concedidas passagens gratuitas aos imigrantes que se destinassem à agricultura.

A mesma autora desenvolve o seu raciocínio apresentando os seguintes fatos:

Após 1884, em vez de coagir os trabalhadores diretamente o Estado procurou obter mão-de-obra barata e disciplinada para as fazendas, inundando o mercado de trabalhadores com imigrantes subvencionados. Em 1886, o governo provincial havia encontrado uma forma eficaz de fornecer subsídio integral aos imigrantes e o resultado foi praticamente imediato. Em maio de 1887, entre 60 000 e 70 000 imigrantes, agora predominantemente italianos, já haviam sido assentados nos estabelecimentos de São Paulo. Essa cifra excede a estimativa de 50 000 escravos que estavam sendo empregados nas fazendas cafeeiras paulistas em 1885.<sup>26</sup>

Como vemos, havia grandes interesses na empresa imigrantista que procurava dinamizar esse fluxo migratório com o objetivo de estabelecer a continuidade e ampliação dos seus interesses que estavam subordinados à marginalização do trabalhador nacional e a sua substituição pelo trabalhador estrangeiro subsidiado. Este complexo mercantil que se criou em cima da importação do trabalhador europeu determinou a exclusão do negro e do trabalhador nacional de modo geral de uma integração como mão-de-obra capaz de dinamizar o surto de desenvolvimento econômico que surgiu com o boom da economia cafeeira. Podemos ver como há toda uma política que se conjuga —

do Estado e dos fazendeiros — no sentido de alegar falta de braços para a lavoura e apelar, sempre, para que essa crise de mão-de-obra fosse resolvida através do imigrante europeu. Na base das transações mercantis que eram operadas por esse complexo montado para importar o imigrante, estavam os lucros que vários segmentos da sociedade brasileira com isso conseguiam obter. Os próprios fazendeiros, na primeira fase da imigração, cobravam juros aos seus trabalhadores europeus, muitas vezes escorchantes, fato que deu motivo a diversas formas de protesto do trabalhador importado.

Um levantamento de quanto lucraram os setores envolvidos e participantes desse comércio, no qual estavam interessados agentes europeus e nacionais, fazendeiros, funcionários do governo, empresas de imigração, e outros setores financiadores, poderá demonstrar por que surgiu a ideologia da necessidade de importação em massa do trabalhador europeu. Ele, por seu lado, era também explorado. Vindo com a expectativa de fixação à terra, direito à propriedade, proteção, assistência médica, fontes de financiamentos, como apregoavam os agentes nos países europeus — também remunerados para isto —, ao chegarem viam-se equiparados aos escravos das fazendas. Daí muitos terem se revoltado. Não suportando as reais condições que lhes eram impostas a si e às suas famílias, com um regime de trabalho no qual a coerção extra-econômica funcionava como um componente das normas de trabalho, o imigrante reagiu muitas vezes. A revolta de Ibicaba, do senador Vergueiro, em 1850, é a mais conhecida mas não foi a única. Mas é significativa porque demonstra os mecanismos coatores que os fazendeiros usavam contra esses trabalhadores considerados *superiores* em relação aos nacionais.

Os fazendeiros usavam a alegação da falta da mão-de-obra em São Paulo para conseguirem novos trabalhadores importados e conseguirem um nível de salários baixos.

Neste particular, escreve ainda Verena Stolcke:

Mesmo depois da década de 1880, os fazendeiros regularmente se queixavam de que havia uma escassez de braços agrícolas em São Paulo. Existem, porém, várias indicações de que essas queixas eram recursos para pressionar pela continuidade da imigração em massa, e assim assegurar os baixos salários que os fazendeiros estavam dispostos a pagar. Por exemplo, as duas fontes alternativas de mão-de-obra, os libertos e os chamados trabalhadores nacionais, nunca foram utilizados de nenhuma forma substancial até a Primeira Guerra Mundial, quando a imigração europeia subvencionada se tornou impraticável. Ambos os grupos foram em larga medida ignorados pelos fazendeiros, mesmo nas épocas de suposta escassez de mão-de-obra.<sup>37</sup>

É óbvio pelo exposto que havia um mecanismo de barganha permanente contra o ex-escravo, o negro, e de forma mais abrangente, contra o trabalhador nacional. Enquanto se marginalizava este, dinamizava-se, através de várias formas, o *segundo tráfico* na medida em que ele era interessante e lucrativo para as classes dominantes. Como podemos ver, não se tratou de uma crise de mão-de-obra, como até hoje se propala, mas da substituição de um tipo de trabalhador por outro, o isolamento de uma massa populacional disponível e a colocação, no seu lugar, daquele trabalhador que vinha subvencionado, abrindo margens e possibilidades de lucros para diversos segmentos das elites deliberantes.

Em 1871 é criada a Associação Auxiliadora da Colonização e Antônio Prado tornou-se o seu vice-presidente, tendo o seu pai conseguido, através da associação, a importação de dez famílias alemãs para suas fazendas. Em abril de 1886 Martinico Prado anunciou a fundação da Sociedade Promotora da Imigração. Essa entidade reuniu-se no mesmo ano a convite do Barão (depois Conde) de Parnaíba. Este propõe que a associação fosse o único contato junto ao governo provincial, do qual era vice-presidente e posteriormente presidente. Depois foi vice-presidente da entidade, e Martinico Prado, seu presidente. Convém acrescentar que o Barão de Parnaíba era primo dos Prado e estava interessado vivamente no desenvolvimento migratório. Essa sociedade funcionará até 1895, quando a política migratória passa a ser função do Estado. No período de funcionamento a Associação Promotora importou 126 415 trabalhadores.

Em todo esse processo os casos de nepotismo e corrupção eram inevitáveis. No particular, escreve um biógrafo da família Prado:

Talvez acusações mais sérias que a do favoritismo regional e do excessivo gradualismo na questão da escravatura fossem aquelas da conspiração pessoal de Antônio com o fim de canalizar fundos governamentais para seu irmão. Em maio de 1889, o jornalista liberal Rui Barbosa acusou Antônio de emprestar 300 contos de fundos públicos para Martinico, presidente da Sociedade Promotora, para que ele subsidiasse a imigração, em violação a uma lei que dispunha que tal pagamento poderia ser feito apenas depois de recebidas as provas de que os imigrantes estivessem realmente estabelecidos nas fazendas. O ataque de Rui Barbosa insinuava que a renúncia de Antônio ao Ministério da Agricultura estava ligada a este "parentismo administrativo". Antônio evidentemente não respondeu às acusações, nem delas resultou qualquer ação legal. Tinha freqüentemente queixas contra a inércia governamental em encarar problemas cruciais e parece ter tido pouco respeito pelas sutilezas legais envolvidas. É possível que, ao ordenar o paga-

mento ao presidente da Sociedade, que aconteceu ter seu irmão, Antônio tenha sentido que estava aderindo à lei, já que pagamento direto aos fazendeiros não era efetuado. De qualquer maneira, o incidente mostra um lado sombrio do familismo usado para facilitar a imigração em São Paulo. Tendo observado muito anteriormente, na progressista Inglaterra, que tudo era feito pela iniciativa privada, Antônio aparentemente acreditou que, quando a livre empresa precisasse de apoio financeiro, o governo deveria ser um sócio à sua disposição.<sup>38</sup>

Não foi por acaso que a denúncia de corrupção (apesar da discreta defesa que o biógrafo da família fez) tenha surgido de um político nordestino. O Nordeste estava em decadência e via como se manipulavam as verbas para a importação do imigrante, em detrimento do amparo ao trabalhador nacional. As oligarquias se beneficiaram enormemente com o *segundo tráfico*, não apenas diretamente, mas também beneficiando segmentos mercantis, comerciais e usurários que tinham na importação do imigrante uma fonte de renda permanente. Já houve quem escrevesse a história dos magnatas do tráfico negreiro.<sup>39</sup> Falta quem escreva, agora, a história da vinda do imigrante europeu, a barragem que se fez contra o ex-escravo, o negro, o não-branco de um modo geral e os mecanismos que beneficiaram economicamente aqueles que estavam engajados nessa operação: a história do *segundo tráfico*.

Acompanhando esses mecanismos que dinamizavam a estratégia da importação de imigrantes e as suas compensações monetárias, projetava-se a ideologia da rejeição do negro. Em São Paulo, onde o processo migratório subsidiado foi considerado a solução para a substituição do trabalho escravo, os políticos representativos dos fazendeiros do café desenvolveram um pensamento contra o negro, não apenas mais como ex-escravo, mas como *negro*, membro de raça inferior, incapaz de se adaptar ao processo civilizatório que se desenvolvia a partir do fim do escravismo. Em 1882, ao se falar na vinda de negros para São Paulo, o deputado Raphael Correia exclamaria indignado que era necessário "arredar de nós esta peste, que vem aumentar a peste que já aqui existe". Adicionava à condição de praga a "ociosidade inevitável dos negros".

Esta constante do pensamento das elites políticas e econômicas penetrou profundamente o ideário de vastas camadas da nossa população e da nossa intelectualidade, conforme vimos no pensamento de Celso Furtado. Sobre isto escreve Célia Maria Marinho de Azevedo:

Atualmente pode-se constatar a permanência desta idéia — a vagabundagem do negro — transformada em tema historiográfico, destitui-

do porém da argumentação racista do imigrantismo. Ao contrário convencionou-se explicar a "recusa" do negro em trabalhar devido ao "fator herança da escravidão" ou "traumatismo" do escravo, pois para ele a liberdade seria o contrário do trabalho. Assim o negro teria se marginalizado devido à sua incapacidade para o trabalho livre, o que se explica hoje por ter sido ele escravo, e não mais por ter "sangue africano". Por sua vez, esta transmutação da representação imigrantista racista — negro vagabundo, em tema histórico — ex-escravo vagabundo, deve ser entendida dentro do contexto suscitado pelo mito da democracia racial, mito engendrado em meados da década de 30, porém alimentado pela imagem já mencionada acima, de um país escravista sem preconceitos raciais.<sup>40</sup>

A ideologia racista é substituída por razões *sociológicas* que no fundo as justificam, pois transferem para o negro, através do conceito de um suposto *traumatismo da escravidão*, as causas que determinaram a sua marginalização atual.

## 6. Das Ordenações do Reino à atualidade: o negro discriminado

Como vimos nas páginas precedentes, a inferiorização do negro no nível de renda, no mercado de trabalho, na posição social e na educação são incontestáveis. Mas, como já dissemos também, essa situação deve-se, fundamentalmente, aos mecanismos de barragem que desde o Brasil-Colônia foram montados para colocá-lo em espaços sociais restritos e controláveis pelas classes dominantes. Muitos desses mecanismos foram instituídos ainda na Metrópole e objetivavam colocar o negro escravo na sua condição de semovente. O Código Filipino, também conhecido como Ordenações do Reino, de 1607, mandado recopilar por Filipe II da Espanha e promulgado pelo seu filho Filipe III era taxativo no particular. Esse código foi estendido ao Brasil pela própria Assembléia Constituinte de 1823 e vigorou até a Abolição. No Título XVII do Livro IV lê-se o seguinte:

Qualquer pessoa que comprar algum escravo doente de tal enfermidade, que lhe tolha servir-se dele, o poderá enjeitar a quem lhe vendeu, provando que já era doente em seu poder de tal enfermidade, contanto que cite ao vendedor dentro de seis meses do dia que o escravo lhe for entregue.

No item 3 lê-se ainda:

Se o escravo tiver cometido algum delito, pelo qual, sendo-lhe provado, mereça pena de morte, e ainda não for livre possenteça, e o vendedor ao tempo da venda o não declarar, poderá o comprador enfeitá-lo dentro de seis meses, contados da maneira que acima dissemos. E o mesmo será se o escravo tivesse tentado matar-se por si mesmo com aborrecimento da vida, e sabendo-o o vendedor, o não declarasse.

Finalmente para o aspecto que nos interessa:

Se o vendedor afirmar, que o escravo, que vende, sabe alguma arte, ou tem alguma habilidade boa, assim como pintar, esgrimir, ou que é cozinheiro, e isto não somente pelo louvor, mas pelo vender por tal, e depois se achar que não sabia a tal arte, ou não tinha a tal habilidade, poderá o comprador enfeitá-lo; porém para que o não possa enfeitar, bastará que o escravo saiba da dita arte, ou tenha a tal habilidade mediantemente. E não se requer ser consumado nela.

Por essas normas que regulavam a situação do negro escravo em Portugal, e, por extensão dos nossos primeiros constituintes, também no Brasil, a situação do negro era praticamente a de um animal. Não havia diferença entre o tratamento que se dava a uma besta e o que se dispensava a um negro escravo. Mas essa legislação repressora, escravista e despótica por isto mesmo, era aceita como normal e cristã, contanto que os escravos, no momento certo, fossem batizados pelos seus senhores. Aliás o mesmo código regula este detalhe e mostra como os senhores deviam batizar os seus escravos até seis meses "sob pena de os perder para quem os demandar". Era, também, o início do *sincretismo* exposto, como já vimos. As leis e alvarás se sucedem contra o escravo negro durante todo o transcurso da escravidão.

Em Sergipe, no ano de 1838 o seu governador baixa o decreto nº 13, de 20 de março, no qual se lê que são proibidos de frequentar as escolas públicas:

§1 — Todas as pessoas que padeçam de moléstias contagiosas;

§2 — Os Africanos, quer livres quer libertos. <sup>11</sup>

Evidentemente quando o legislador colocou *africanos* quis referir-se aos negros em geral, pois uma coisa estava imbricada na outra. Desta forma barravam-se as possibilidades educacionais do negro da mesma forma que se impedia o ingresso de leprosos, tuberculosos ou portadores de outras doenças do gênero. Se nas Ordenações do Reino o negro era equiparado às bestas, no decreto de 1838 ele era colocado no mesmo nível daqueles que deviam ser afastados do convívio social por transmitirem doenças contagiosas.

Outras vezes, quando não se podia mais alegar que os africanos e os negros em geral eram iguais aos leprosos, apelava-se para aquilo que se convencionou chamar de um temperamento diferente do negro, o qual geraria um comportamento divergente e instável, razão pela qual ele devia ser impedido de frequentar certas escolas ou instituições de cunho cultural e/ou religioso.

Prova disto foi o comportamento da direção da Congregação dos Missionários da Sagrada Família de Crato, no Ceará, em 1958. Num prospecto publicado procurando despertar vocações sacerdotais dizia o documento que, entre outras condições para ingresso no seminário, o candidato devia ser de *cor clara*. Como vemos, cento e vinte e um anos depois do decreto que vedava aos negros ingresso nas escolas públicas de Sergipe, um Seminário, no Ceará, alegando outros pretextos, porém por idênticas razões, barrava o negro de seguir a carreira sacerdotal. O escritor Orlando Huguenin, estranhando os termos do documento, escreveu ao Padre Superior da Venerável Congregação dos Missionários da Sagrada Família sobre a veracidade do documento e quais as razões, em sendo autêntico, do procedimento da congregação em relação aos negros. Obteve a seguinte resposta:

Referente à solicitação de V. S. no que concerne o item 4 das Condições de Admissão, a respeito da cor dos candidatos, venho responder-lhe que determinamos este ponto baseado em experiências adquiridas há vários anos. Sempre notamos que a tais vocações é necessário dispensar uma vigilância de todo especial e, mesmo assim, quase sempre aberram e não conseguem dominar as suas inclinações, de modo que ou são dispensados, ou eles mesmos desistem com o tempo das suas aspirações. Parece que a permanente convivência com os rapazes de outra cor que, em geral, estão na maioria, os desmorteia e os faz esquecer o ideal que inicialmente abraçaram. Creio que um ambiente de alunos de qualidades corporais iguais daria muito mais resultado. <sup>12</sup>

Como podemos ver há um *continuum* de medidas que se sucedem como estratégia de imobilismo das classes dominantes brancas contra a população negra em particular e a não-branca de um modo geral. Essa estratégia racista se evidenciará em vários momentos, exatamente quando há possibilidades de, através de táticas não-institucionais, os negros conseguirem abrir espaços nessa estratégia discriminatória.

Este *continuum*, porém, é visto por grande parte dos estudiosos da nossa história social como casos excepcionais e não-característicos das nossas relações interétnicas. As medidas de controle

social, sem analisarmos, por enquanto, o que foi no Parlamento a discussão dos racistas brasileiros contra a entrada de imigrantes não-brancos, são uma permanente atitude das elites brancas. Em 1945, parodiando o governador de Sergipe em 1838, Getúlio Vargas, estabelecendo normas para a política de imigração do Brasil, baixa decreto ordenando medidas no sentido de desenvolver na composição étnica do país as características mais convenientes de sua descendência européia.

O problema que se apresentava era branquear o Brasil para que ele se civilizasse. Nas Forças Armadas o mesmo fato se verifica. Durante o Estado Novo vigorou uma norma discriminatória na Escola Preparatória de Cadetes de São Paulo, quando se proibia a entrada de negros, mulatos, judeus e filhos de operários. A norma foi baixada pelo então Ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra. Ela somente foi relaxada quando o Brasil entrou na guerra contra a Alemanha e, aí sim, os negros, mulatos, judeus e operários foram recrutados para irem morrer, da mesma forma como aconteceu na Guerra do Paraguai, quando os filhos dos senhores de engenho mandavam em seu lugar os escravos de seus pais.

Esta visão do negro como inferior leva a atitudes irracionais como a do Presidente da Federação das Associações Comerciais do Paraná, Carlos Alberto Pereira de Oliveira, que, em 1981 afirmava em conferência intitulada "A tese da doutrina do otimismo realista" que:

as causas principais da existência de alguns bolsões de pobreza no Brasil são de origem étnica e histórica. O Brasil foi colonizado por povos selvagens e o negro importado das colônias portuguesas da África. Esses povos, apesar da robustez física, eram povos primitivos, que viviam no estágio neolítico e por isso incapazes de se adaptarem a uma civilização moderna industrial. O negro mantido como escravo até fins do século XIX, analfabeto e destinado a trabalhos braçais, também não conseguiu integrar-se perfeitamente à civilização moderna. São esses povos — índios, negros, mulatos e caboclos — que constituem a grande massa de pobreza do Brasil, no campo e nas favelas.

E conclui peremptório:

Imigrantes europeus, asiáticos, japoneses, oriundos de civilizações milenares que se dirigiram para as regiões litorâneas vivem muito bem no Brasil. É muito raro ver-se um descendente de japoneses, judeus, italianos, árabes ou alemães, em condições de miséria absoluta. Isto prova que as causas principais da pobreza no Brasil são de origem étnica, muito mais do que possíveis influências do meio físico, da má administração pública ou da tão divulgada exploração do homem pelo homem, como pretendem os marxistas.<sup>41</sup>

Remetidas para a própria população negra as causas fundamentais do seu atraso social e cultural, político e existencial, resta apenas procurar branqueá-la cada vez mais para que o Brasil possa ser um país moderno, civilizado e participante do progresso mundial. A filosofia do *branqueamento* passa, assim, a funcionar. Todas as medidas que possam ser tomadas neste sentido são válidas. A filosofia do branqueamento não tem ética social.

Por esta razão, se em 1981, um empresário denunciava a *doença*, em 1982 um economista apresenta a *terapêutica*: esterilizar os negros e seus descendentes. Desta forma a "doença" (repare-se que em 1838 em Sergipe já se equiparava os negros aos portadores de doenças contagiosas) poderia ser eliminada do corpo social. O economista Benedito Pio da Silva, assessor do GAP do Banespa (São Paulo), apresentou trabalho intitulado "O Censo do Brasil e no Estado de São Paulo, suas curiosidades e preocupações". Estabelecia ali a sua filosofia étnica segundo a qual era necessária uma campanha nacional visando o controle da natalidade dos negros, mulatos, cafuzos, mamelucos e índios, considerando que se mantida a atual tendência de crescimento populacional "no ano 2000 a população parda e negra será da ordem de 60% (do total de brasileiros), por conseguinte muito superior à branca. E eleitoralmente poderá mandar na política brasileira e dominar todos os postos-chave". Isto foi visto como *perigo social* que deve ser combatido e eliminado como doença para se manter o equilíbrio social dentro dos valores brancos. A *síndrome do medo* contra as populações não-brancas que teve seu início no regime escravista, conforme veremos mais tarde, continua funcionando e estabelecendo níveis de comportamento patológico como o do economista citado. O mais sintomático é que esta tese racista foi aprovada por esse órgão de assessoramento do governo de São Paulo, na época dirigido pelo governador Paulo Salim Maluf. A tese da esterilização da população não-branca foi aprovada e cópias do seu texto distribuídas a todos os integrantes dos diversos GAPs.

Isto porém, não é caso inusitado. Os exemplos poderiam ser dados às dezenas. O certo é que, depois de quatrocentos anos de lavagem cerebral, o brasileiro médio tem um subconsciente racista. O preconceito de cor faz parte do seu cotidiano. Pesquisa realizada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, em março de 1984, sobre o preconceito de cor, constatou que 73,6% dos paulistanos consideram o negro marginalizado no Brasil e 60,9% dizem conhecer pessoas e instituições que discriminam o negro. Devemos salientar, como elemento de



reflexão na interpretação desses dados, que é notável a tendência de se reconhecer mais facilmente a existência da discriminação racial nos outros do que em si mesmo. Como vimos, 73,6% consideram o negro marginalizado no Brasil. A proporção caiu para 60,9% quando se trata de reconhecer a existência de discriminação em seu próprio círculo de relações. E apenas 24,1% revelaram alguma forma de preconceito pessoal. Como sempre, o problema nevrálgico é quando se pergunta se aceitaria um negro como membro da família. Foi a pergunta sobre a possibilidade de ter um negro como genro ou cunhado, muito mais do que como chefe de serviço ou como representante político, que suscitou a maior média (24,1%) de respostas francamente preconceituosas, reveladoras do racismo do brasileiro.

Toda essa realidade discriminatória, preconceituosa e repressiva é escamoteada deliberadamente. Seria fastidioso aqui repetir os pronunciamentos de todas as autoridades que proclamam a nossa democracia racial e praticam a discriminação. Em 1969, segundo documento coligido por Thales de Azevedo, citado por Abdias do Nascimento, podemos ler:

O *Globo*, Rio, 12-2-69: "Portela vê imprensa a Serviço da Discriminação Racial para Conturbar" — Publicando telegrama procedente de Brasília, o jornal informa que o General Jaime Portela, em exposição de motivos ao Presidente da República, sugerindo a criação da Comissão Geral de Inquérito Policial Militar, datada de 10-2-69, refere-se a conclusões do Conselho de Segurança Nacional sobre ações subversivas e afirma: "No contexto das atividades desenvolvidas pelos esquerdistas, ressaltamos as seguintes (Item 9) — Campanha conduzida através da imprensa e da televisão em ligação com órgãos estrangeiros de imprensa e de estudos internacionais sobre discriminação racial, visando criar novas áreas de atrito e insatisfação com o regime e as autoridades constituídas".<sup>44</sup>

Esse mesmo governo neofascista dizia, através do seu presidente Ernesto Geisel, ao Secretário Geral da Organização das Nações Unidas, em 21-3-1977, quando se comemorava o Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial:

O Brasil é o produto da mais ampla experiência de integração racial que conhece o mundo moderno, resultado, ao longo dos séculos, de um processo harmônico e autônomo, inspirado nas raízes profundas dos povos que aqui somaram esforços na construção do País.

E concluiu:

Compartilham os brasileiros da convicção de que os direitos da pessoa humana são desrespeitados nas sociedades onde conotações de

ordem racial determinam o grau de respeito com que devem ser observadas as liberalidades e garantias individuais.<sup>45</sup>

Esta é a retórica oficial. No entanto, esse mesmo presidente, em março de 1975, escorraçava do Palácio do Planalto uma comissão de negros paulistas que para lá foram convidá-lo a participar das festas de 13 de Maio que seriam realizadas na Capital de São Paulo. A alegação foi a de que não tínhamos mais negros no Brasil, mas sim cidadãos brasileiros. Chamou-os de divisionistas e impatriotas e mandou que a comissão se retirasse.<sup>46</sup>

Mas, ao comemorar-se o sesquicentenário da imigração alemã no Rio Grande do Sul Geisel não apenas compareceu aos festejos, mas elogiou publicamente o esforço dos alemães no progresso da nação brasileira. Em outras palavras: ele pode ser teuto-brasileiro, mas os negros não podem ser afro-brasileiros. A historicidade étnica e cultural fica, assim, através dessa estratégia inibidora e intimidadora, reservada ao imigrante branco.

### Notas e referências bibliográficas

- <sup>1</sup> Marvin Harris encontrou nada menos de 492 diferentes termos de identificação racial no Brasil. Cf. HARRIS, Marvin: *Referencial ambiguity in the calculus of brazilian racial identity*. In: NORMAN, E., WHITTEN & SWED, J. F. (ed.) *Afro-american anthropology*. New York, The Free Press, 1970. p. 75-86.
- <sup>2</sup> Cf. MOURA, Clóvis. *Saco e Vanzetti, o protesto brasileiro*. São Paulo, Brasil Debates, 1979. Passim. As conclusões do professor Sidney Sérgio Fernando Sólis foram expostas em encontro da Secneb, em Salvador, 1984.
- <sup>3</sup> FERNANDES, Florestan. *Imigração e relações raciais*. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, 8: 89, 1966.
- <sup>4</sup> EWBANK, Thomas. *A vida no Brasil ou Diário de uma visita ao país do cacau e das palmeiras*. Rio de Janeiro, Conquista, 2 v., v.1, p. 188.
- <sup>5</sup> LIMA, Heitor Ferreira. *Formação industrial do Brasil*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961. p. 264.
- <sup>6</sup> PRADO, J. M. de. *Pernambuco e as capitanias do Norte do Brasil*. São Paulo, Nacional, v. 4, p. 67.
- <sup>7</sup> VIANNA FILHO, Luiz. *O negro na Bahia*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1946. p. 119.
- <sup>8</sup> Debret registra, através dos seus desenhos e do seu texto, escravos e negros livres, no Rio de Janeiro, exercendo as profissões mais diversas como barbeiro ambulante, barbeiro com loja, vendedor de cestas, vendedor de aves,

vendedor de samburás, de palmito, serrador de tibuas, caçador, vendedor de carvão, vendedor de capim e leite, vendedor de milho, trabalhador no serviço de moendas portáteis, fabricante e vendedor de aluá, manué e *sonhos*, negro calceteiro, vendedor de атаça (sic.), de angu, marceneiro, carregador de canalha (pipas), transportador de café, vendedor de café torrado, puxador de "carros", construtor de jangadas de madeira, construtor de carretas de madeira, negro trovador, transportador de telhas, "cirurgião negro", lavadeira, trabalhador de pelreira, carregador de cadeirinhas, vendedor de flores, vendedor de arruda e carregador de ladeiras. Toda a movimentação da sociedade urbana de Rio de Janeiro, como vemos, era feita pelo negro escravo ou livre. (DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. São Paulo, Martins, 1940, 2 v. Passim.)

<sup>9</sup> MOURA, Clóvis. *Brasil: raízes do protesto negro*. São Paulo, Globo, 1983, p. 31. Essa tática de dividir etnicamente os brasileiros para melhor governá-los é uma constante, Debret já assinalava no seu tempo: "O governo português estabeleceu, por meio de onze denominações usadas na linguagem comum, a classificação geral da população brasileira pelo seu grau de civilização: 1. *Português da Europa*, português legítimo ou filho do Reino. 2. *Português nascido no Brasil*, de ascendência mais ou menos longínqua, brasileiro. 3. *Mulato*, mestiço de branco com negro. 4. *Mameluco*, mestiço das raças branca e índia. 5. *Índio puro*, habitante primitivo; mulher *china*. 6. *Índio civilizado*, *caboclo*, *índio manso*. 7. *Índio selvagem*, no estado primitivo, *gentil*, *tapura*, *bugre*. 8. *Negro da África*, *negro de noção*, *negrinho*. 9. *Negro nascido no Brasil*, *crioulo*. 10. *Bode*, mestiço de negro com mulato; cabra, a mulher. 11. *Curiboca*, mestiço de raça negra com índio". A esse sistema classificatório valorativo, feito de acordo com o seu "grau de civilização", Debret, apoiado em Ferdinand Denis dá a sua realidade quantitativa afirmando em nota que "esta população, segundo dados autênticos transmitidos pelo senhor Ferdinand Denis, cujas informações são dignas de fé, eleva-se hoje a 4 741 558 dos quais 2 543 889 homens livres, 1 136 669 escravos e 800 000 selvagens conhecidos". A nota de Debret foi escrita depois de 1839, data em que ele regressa à Europa. O que desejamos ressaltar aqui é que já existia uma escala de valores nesse sistema classificatório, fato que persiste até os nossos dias: quanto mais próximo do branco, mais valorizado socialmente, mais civilizado. (DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. São Paulo, Martins, 1940, 2 v., v. 1, p. 87.)

<sup>10</sup> CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros, estrangeiros*. São Paulo, Brasiliense, 1985, p. 90-1.

<sup>11</sup> QUERINO, Manuel. *A raça africana e seus costumes*. Salvador, Progresso, 1955, p. 87-9.

<sup>12</sup> OLIVEIRA, Francisca Laide de et alii. *Aspectos da situação sócio-econômica de brancos e negros no Brasil*. Pesquisa realizada pelo Departamento de Estudos de Indicadores Sociais (Deiso), 1979.

<sup>13</sup> Idem, ibidem.

<sup>14</sup> MELLO, José Octávio de Arruda. Alberto Torres e o conceito de raças no Brasil. *Ensaio*. São Paulo, (13): 132-3, 1984.

<sup>15</sup> SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p. 63. Este pensamento racista das elites brasileiras poderá ser registrado, também, no seguinte pensamento de Afrânio Peixoto: "Haveria um perigo ao nosso embranquecimento: era se libertarem os Estados Unidos dos seus pretos em nós, por exemplo, na Amazônia como se pensou... Felizmente, para nós, eles ficarão nos Estados Unidos culturalmente preferíveis... O exemplo da Libéria não é convidativo. Têm eles, os *yankees*, de agüentar com os seus pretos e de esclarecê-los... Nós, mais duzentos anos, já teremos feito isso". (PEIXOTO, Afrânio. *Clima e saúde*. São Paulo, Nacional, 1938, p. 143-4.)

<sup>16</sup> FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1959, p. 166.

<sup>17</sup> Idem, ibidem, p. 167. (O grifo é nosso.) Ao contrário de Celso Furtado, Nelson Werneck Sodré compreendeu bem os mecanismos dessa passagem do escravismo para o trabalho livre, a marginalização do trabalhador nacional e os estereótipos criados contra ele, especialmente contra o negro. Escreve: "Não existindo industrialização que suporte a transição do trabalho servil para o trabalho assalariado o que se nota é uma brusca subversão, um hiato tremendo, um traumatismo profundo, ocasionado por uma massa enorme de indivíduos que necessitam, de certo momento em diante, assegurar a própria subsistência e a da prole, medicando-se e vestindo-se. A lenta assimilação pela coletividade dessa massa de desaproveitados e de deserdados é um dos fenômenos mais curiosos da nossa formação social e tem conseqüências profundas que ficaram na consciência da gente brasileira. Surge então o mito da vadiagem do negro, da sua indolência, do seu primitivismo, da sua desambição, que o tornariam um peso morto na sociedade brasileira, um elemento de inércia. (...) O negro passou a ser a fonte de todos os males. O símbolo da preguiça brasileira, da sua falta de aplicação no trabalho, da sua ausência de perseverança, da sua desambição individual, que refletia, na sociedade como uma inércia, como uma corrente, como um peso, a impedir-lhe o desenvolvimento. Passou a constituir, também, o assunto em voga, o receptáculo dos vícios nacionais. Uma quadrinha antiga dizia: Branco quando morre/Ah! meu Deus, porque morreu! Negro quando morre./Foi cachaça que bebeu..." (SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do Segundo Império*. São Paulo, Nacional, 1939, p. 43-4.)

<sup>18</sup> Celso Furtado coloca como uma das causas do ócio do ex-escravo o fato de não possuir hábitos familiares. Devemos afirmar que é mais um estereótipo que os fatos desmentem. Os hábitos familiares a que ele se refere são os da família nuclear legalizada através do casamento religioso, único permitido na época. Escreve, neste sentido, Maria Beatriz Nizza da Silva que "contrair matrimônio representava, para amplas camadas da população, sobretudo negros e pardos forros, mas também brancos pobres, uma despesa e um trabalho tal com papéis que a maioria preferia viver em concubinato estável, constituindo família e vivendo como marido e mulher. A tendência para o concubinato não pode, portanto, ser encarada apenas como uma questão de 'libertinagem', mas também como a

resultante de obstáculos econômicos à celebração do casamento". (SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de casamento no Brasil colonial*. São Paulo, A. Queiroz/Edusp, 1984, p. 55.) A mesma autora, referindo-se ainda à época da Colônia, aduz outras razões como, por exemplo, o serviço militar que impedia o estabelecimento de uma família legal, dentro da religião e das leis da época. Sobre o casamento de escravos comparado com a população livre que não conferiam com o pensamento de Furtado ver: COSTA, Itaci del Nero da & GUTIERREZ, Horácio: Nota sobre casamentos de escravos em São Paulo e no Paraná (1830). Separata da revista *História: Questões e Debates*, Curitiba, 5 (9), dez. 1984.

<sup>19</sup> Seguindo a esteira do estereótipo de Celso Furtado, sem apresentar novos dados, escreve Maurício Vinhas de Queiroz: "Bem verdade que, excetuados os sertanejos nordestinos expulsos pela seca — que sempre se revelaram trabalhadores dispostos e decididos — a massa de 'vadios' constituída por negros forros ou libertos dificilmente poderia ser desde logo engajada no processo industrial e submetida à rígida disciplina da fábrica, pois — como antigos escravos — prezavam como um dos mais altos valores o 'ócio', ao qual sacrificavam a possibilidade de condições de vida um pouco melhores". (QUEIROZ, Maurício Vinhas de. O surto industrial de 1880-1895. *Debate e Crítica*, São Paulo (6): 97, jul. 1975.) Este raciocínio não fica muito equidistante do de Oliveira Vianna quando afirma que "depois da Abolição o grande agricultor não conta com o operário rural. Este apenas consente em lavrar as terras da fazenda alguns dias na semana, dois ou três. O resto do tempo é para o gozo de sua indolência proverbial". (*Populações meridionais do Brasil*, p. 138.) Este é um filão ideológico que possui um espectro tão largo que vai de Oliveira Vianna a Celso Furtado, passando por outros sociólogos e historiadores de tendências liberais. Filosofia que persiste até hoje quando se diz que o brasileiro é preguiçoso, os seus trabalhadores indolentes e relapsos, o que vem causar o maior número de acidentes no trabalho, além da falta de interesse pelas empresas onde são empregados. Um exemplo da persistência deste veio ideológico vemos nas posições atuais (1987) do engenheiro Braz Juliano ao procurar diagnosticar as causas das enchentes na Capital paulistana. Para ele, essas calamidades devem ser consideradas fenômenos culturais e não naturais. Presidente da Associação Brasileira de Defesa do Meio Ambiente, afirma que "a cultura do biótipo luso-brasileiro que se formou no Brasil (que ele chama de BLB) gerou uma ocupação desordenada da cidade, principalmente de várzeas e áreas verdes, especialmente pela população de baixa renda, notadamente nordestinos". Por isto ele sugere a proibição da vinda de migrantes do Nordeste para a cidade de São Paulo e propõe ao mesmo tempo que se atraíssem imigrantes estrangeiros. (*Folha de S. Paulo*, 17 fev. 1987.)

<sup>20</sup> SIQUEIRA, José Jorge. Reflexão sobre a transição do escravismo para o capitalismo urbano-industrial e a questão racial no Rio de Janeiro. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, (12): 71 et seq., ago. 1986.

<sup>21</sup> Loc. cit. Queremos destacar neste estudo a abordagem de um problema pouco referido como fator de marginalização massiva do negro nessa pas-

sagem. É que quando há um interesse social de integração da mão-de-obra na passagem das relações pré-capitalistas para capitalistas, com um projeto de absorção da mão-de-obra escrava no novo sistema de produção, como ocorreu na manufatura-fábrica Cia. Luz Steárica (Rio de Janeiro), ela se processa sem o trauma atribuído ao negro de não ter capacidade para essa transição. Foi apenas uma microiniciativa, mas que demonstra que o mito do ócio do ex-escravo não se coaduna com a realidade. Apenas não houve uma perspectiva de investimento maciço e racional em macroprojetos desse tipo pelas instituições oficiais quer na passagem para a industrialização, quer no setor agrário a fim de integrar socialmente o negro que saía da senzala.

<sup>22</sup> CORTES, Geraldo de Menezes. *Migração e colonização no Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1958, p. 21.

<sup>23</sup> ANDRADE, Manoel Correia de. *Escravidão e trabalho "livre" no Nordeste açucareiro*. Pernambuco, ASA, 1985, p. 37-8.

<sup>24</sup> Apud RIOS, José Arthur. *Aspectos políticos da assimilação do italiano no Brasil*. São Paulo, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1959, p. 12.

<sup>25</sup> RIOS, José Arthur. *Ibidem*.

<sup>26</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>27</sup> Apud BEIGUELMAN, Paula. *A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos*. São Paulo, Pioneira, 1968, p. 85.

<sup>28</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>29</sup> Idem, *ibidem*, p. 85.

<sup>30</sup> O comportamento do fazendeiro em relação ao trabalhador se modifica à medida que os níveis de conflito se aguçam. Procuram sempre aquele trabalhador que é mais dócil e adaptado à disciplina das fazendas. Escreve José Arthur Rios: "Em 1913 ocorreu um conflito entre italianos e brasileiros, nas fazendas dos arredores de Ribeirão Preto, que revestiu o caráter de luta de classes. Os colonos italianos, vencendo os obstáculos que sempre os impediram de unir-se, conseguiram declarar-se em greve. Reclamavam contra os salários em vigor, recusando-se a começar a colheita se não obtivessem um aumento que os compensasse da desvalorização da moeda. Os fazendeiros pediram a intervenção da polícia que não conseguiu convencer os grevistas a voltarem ao trabalho. Três colonos foram presos por terem respondido agressivamente ao delegado que ameaçava expulsá-los. Conta-se que, ao aparecer o delegado com um automóvel cheio de soldados, um colono gritou-lhe que teria sido melhor se o trouxesse cheio de víveres. Enquanto isso, os jornais atacavam o cônsul de Ribeirão Preto que responsabilizavam pelos acontecimentos e teciam louvores à imigração japonesa, mais paciente e submissa. Teriam louvado *coolies* se os houvesse, ou escravos, se ainda restasse algum". (RIOS, José Arthur. *Op. cit.*, p. 43.)

<sup>31</sup> Emília Viotti da Costa descreve o mecanismo protecionista da imigração estrangeira da seguinte maneira: "Nos meados do século, quando as primeiras tentativas de introdução de imigrantes nas fazendas de café, os

fazendeiros haviam financiado as passagens, mas pouco a pouco, a partir dos anos setenta, o governo provincial chamou a si essa responsabilidade. Nos anos 80, o governo dispendeu somas vultosas com a imigração, sendo que as maiores quantias foram relativas aos anos de 1884/85 e 1885/86. A partir do momento em que o Estado começou a financiar as passagens dos imigrantes, os riscos envolvidos na experiência foram socialmente divididos por todos, mas os benefícios couberam diretamente aos fazendeiros. A partir de então, estes puderam enfrentar a transição para o trabalho livre mais facilmente". (COSTA, Emília Viotti da. *A Abolição*. São Paulo, Global, 1986. p. 58-9.)

<sup>32</sup> BEIGUELMAN, Paula. Op. cit., p. 87.

<sup>33</sup> ALVES, Tancredo. Sobre os escravos índios e negros no Brasil. *Para Todos*. Rio de Janeiro, (17): 29, jun. 1952.

<sup>34</sup> Sobre uma das formas de mercantilização do imigrante por especuladores, escreve Zita de Paula Rosa: "A instabilidade do imigrante nas fazendas foi vinculada à 'onda de especulação' que se desenvolve. Denúncias feitas evidenciavam que, a princípio, a especulação se restringia às vizinhanças da Hospedaria dos Imigrantes na Capital, que praticamente centralizava os serviços de distribuição dos estrangeiros nas propriedades agrícolas. Algumas vezes eram os próprios fazendeiros ou seus representantes que procuravam engajar os imigrantes, mediante promessa de melhor remuneração pelo trabalho agrícola e de concessão de vantagens. Outras vezes, eram 'indivíduos inescrupulosos' que, utilizando-se de recurso escasso — como documentação forjada — retiravam do estabelecimento famílias inteiras, negociando-as, posteriormente, com fazendeiros, com grandes lucros.

Com o tempo, a 'onda de especulações' passou a atingir não apenas os imigrantes que chegavam, mas também aqueles que já estavam colocados nos estabelecimentos agrícolas. Ilustra essa situação o quadro delineado por Gabriel Prestes, na 46ª Sessão Ordinária de 5 de julho de 1893, ao referir-se às dificuldades de engajamento dos trabalhadores. (...) as mais das vezes, ficam os fazendeiros privados de trabalhadores em número suficiente, mesmo quando a hospedaria dos imigrantes se acha regorgitante. Outras vezes consegue o fazendeiro engajar os trabalhadores de que carece para perdê-los pouco depois, em vista de procedimento irregular de outros lavradores ou de agentes intermediários que exploram com as dificuldades dos lavradores. A desorganização provocada pela mobilidade do imigrante nas unidades agrícolas, em decorrência da ação dos especuladores, não atingia apenas a cultura extensiva, mas também o plantio de cereais". (PAULA ROSA, Zita de. Imigração: um tema controverso na voz dos plebipotenciários da oligarquia cafeeira. *Revista de História*. São Paulo (15): 27, jul.-dez. 1983.)

<sup>35</sup> STOLCKE, Verena. *Caféicultura — homens, mulheres e capital (1850-1981)*. São Paulo, Brasiliense, 1986. p. 40.

<sup>36</sup> Idem, ibidem, p. 42.

<sup>37</sup> Idem, ibidem, p. 44.

<sup>38</sup> LEVI, Darrell E. *A família Prado*. São Paulo, Cultura 70/Livraria Editores, 1977. p. 175.

<sup>39</sup> SALVADOR, José Gonçalves. *Os magnatas do tráfico negreiro*. São Paulo, Pioneira/Edusp, 1981. Passim. Este livro não foi valorizado de acordo com a sua importância.

<sup>40</sup> MARINHO DE AZEVEDO, Célia Maria. *O negro livre no ideário das elites*. (Dissertação de mestrado.) Campinas, Unicamp, 1985. p. 416. Mimeografado.

<sup>41</sup> Apud MOTT, Luiz. O escravo nos anúncios de jornal em Sergipe. *Anais do V Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, out. 1986. v. 1, p. 9.

<sup>42</sup> HUGUENIN, Orlando. Negro não pode ser padre. *Parflete*. Rio de Janeiro, (1): 59 et seq., jun. 1958.

<sup>43</sup> *O Estado de S. Paulo*, 10 maio 1965. No particular de filosofia racial a do jornal *O Estado de S. Paulo* é idêntica. Em editorial definindo a sua posição contrária ao voto dos analfabetos, àquela época sugerido pelo marechal Castelo Branco que ocupava a presidência da República, escreve que havia necessidade de se sustar tal iniciativa "para que tudo se conserte e amanhã venha o povo brasileiro a beneficiar-se daquilo que nem o Sr. João Goulart no seu delírio demagógico ousou oferecer às nossas massas ignoras". (...) "refere-se à concessão do voto à totalidade dos candangos, dos habitantes dos mocambos do Recife e Fortaleza e das favelas do Rio de Janeiro. Todos são brasileiros e dos melhores, afirmava o Sr. João Goulart, e por isso mesmo no entender daqueles que têm hoje nas suas mãos os destinos do movimento de 31 de março, assiste-lhes o direito de intervir na discussão dos mais transcendentes assuntos coletivos". (...) "Não teve S. Exa. (o marechal Castelo Branco) o tempo necessário para formar o seu espírito no contato permanente com as disciplinas sociológicas e não é estranhável, portanto, a sua dificuldade em perceber que, pelo caminho que vem trilhando, o Brasil não tardará a ser dominado pela massa amorfa insatisfeita das populações nordestinas, oriundas do choque de três mentalidades antagônicas e que por isso são hoje vítimas de um psiquismo mórbido, que as impede de se integrarem no espírito de uma coletividade realmente evoluída. Serão esses homens — descritos em *Os sertões* e analisados por toda uma admirável literatura que nos revela aglomerados populacionais brasileiros num estado de primitivismo só comparável às mais baixas camadas do velho Hindustão —, serão precisamente eles que pelo número anularão qualquer espécie de ação que pudessem vir a exercer nos destinos do país os habitantes do Estado da Guanabara, de São Paulo, do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul". (*A UDN e a situação*. *O Estado de S. Paulo*, 18 jun. 1964.)

<sup>44</sup> Apud NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. p. 79.

<sup>45</sup> *Jornal da Tarde*, São Paulo, 22 mar. 1977.

<sup>46</sup> Em ficha datada de 20 de março de 1975 registramos o seguinte flagrante: "Dois ou três dias depois de Geisel haver recebido hostilmente os membros do clube que o foram convidar para participar das comemorações do 13 de Maio junto ao Monumento da Mãe Preta (SP), travou-se discussão na sede da União Brasileira de Escritores (SP) sobre o fato, tendo a maioria dado razão a Geisel. As razões apresentadas eram uma mescla

de oportunismo político e preconceito de cor. A. levantou o problema de que os negros, quando se reúnem como *negros*, estão fazendo um papel segregacionista e que, por isto, Geisel tinha razão. E. O., escritor negro presente, tentou rebater este pensamento, mas não conseguiu, pela agressividade de um dos presentes, C. P. C., o qual, de dedo em riste, agrediu-o com uma verborragia que encobria o seu preconceito, dizendo disparates como o de que o presidente só podia falar assim porque ele fala vendo o futuro e não o que está acontecendo atualmente e que os negros nada mais têm a ver com a África. Como E. O. tivesse dado os originais de um livro seu para ser refeito pelo C. P. C., este se aproveitou da ocasião para ridicularizar as idéias ali expostas. A. S., que é juiz, disse, querendo dar uma calação 'científico-jurídica': 'não há mais negros no Brasil, todos são brasileiros'. Disse que os negros não podiam reunir-se *como negros* e sim como brasileiros. O escritor P. M. ficou de lado, dando apenas apartes irônicos, mas de qualquer maneira contra o negro no fundamental. Finalmente o C. P. C. confessou-me, diante de uma pergunta minha, que o Clube Assai, do qual é funcionário, clube típico de classe média paulista, não aceita negros no seu quadro social, citando inclusive o caso de uma proposta que foi apresentada à diretoria e que foi recusada porque 'esse homem é negro'. A. S., o juiz, por seu turno afirmou que não contrata empregada negra como doméstica em sua casa 'porque tem cheiro ruim e não toma banho'. Isto mostra como mesmo entre a intelectualidade 'esclarecida', diante de um fato concreto, o racismo se manifesta".

## IV

### O negro como grupo específico ou diferenciado em uma sociedade de capitalismo dependente

#### 1. O negro como cobaia sociológica

Para que se possa compreender e interpretar convenientemente o esquema metodológico que iremos apresentar em

seguida, temos de partir de algumas premissas teóricas esclarecedoras a partir das quais o nosso pensamento se desenvolverá. Quere-mos dizer, inicialmente, que se trata de uma tentativa exploratória de se empregar a dialética materialista ao problema do negro brasileiro no seu aspecto organizacional e ao nível de convergência entre os seus valores culturais, trazidos da África, e a função dos mesmos em uma sociedade de classes, mais especificamente, em uma sociedade de capitalismo dependente como a brasileira.<sup>1</sup>

Será, portanto, um trabalho que, inevitavelmente, terá falhas ou vácuos no seu corpo expositivo e interpretativo. Não fosse a própria posição dialética uma postura que aceita (e exige) a crítica todas as vezes que é aplicada, a própria falta de trabalhos que procuram expor um esquema deste tipo é tão gritante que nos impõe uma posição extremamente cautelosa.

Inicialmente, devemos dizer que, para chegarmos às categorias de grupos *específicos e diferenciados*, através dos quais desenvolveremos o nosso esquema metodológico, começaremos, no nível teórico, a manipular com dois termos da dialética materialista, derivados do conceito de classe social: os termos de classe *em si e para si*.